



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de GNR-INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A INTERACÇÃO DA GNR COM AS POPULAÇÕES E INSTITUIÇÕES
LOCAIS – ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO CRIME.**

AUTOR: Aspirante-Aluno Francisco António Miranda Calejo

ORIENTADOR: Capitão Paulo D. Machado

LISBOA, 29 DE JULHO de 2008



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de GNR-INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A INTERACÇÃO DA GNR COM AS POPULAÇÕES E INSTITUIÇÕES
LOCAIS – ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO CRIME.**

AUTOR: Aspirante-Aluno Francisco António Miranda Calejo

ORIENTADOR: Capitão Paulo D. Machado

LISBOA, 29 DE JULHO de 2008

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, à minha mãe e irmão.

Mas em especial ao meu Avô.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
e do bem se algum houve a saudade.
O tempo cobre o chão de verde manto,
que já coberto foi de neve fria...”*

(Luís Vaz de Camões)

AGRADECIMENTOS

A todos os que me apoiaram e incentivaram a produzir um trabalho credível, útil e de relevância para o melhoramento da actuação do patrulheiro na instituição Guarda Nacional Republicana. Aqueles que, pelos seus ensinamentos ao longo dos anos académicos transactos, tornaram possível elaborar este trabalho de uma forma correcta e cientificamente plausível. Não esquecendo os, que algum modo, deram a sua contribuição para que este trabalho fosse realizado, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Ao Capitão Paulo Machado, comandante do Destacamento Territorial de Sintra, por toda a ajuda e orientação dedicada e prestada, ao longo de todo este trabalho.

Ao Capitão Paulo Poiares, comandante do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, pela sua pronta disponibilidade em auxiliar com tudo o que fosse possível e necessário.

Ao Major Manuel Carlos Afonso, chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Programas Especiais, pela sua total disponibilidade, abertura e franqueza na partilha da sua experiência pessoal e institucional para este trabalho.

Ao Tenente-Coronel Matos Luís pela sua ajuda preciosa de reencaminhamento lógico do raciocínio deste trabalho numa fase tão crítica pela qual passou.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Este trabalho de investigação aplicada (TIA) visa analisar a utilização do “policamento de proximidade”, pelas patrulhas do Destacamento Territorial (DTER) de Vila Franca de Xira e dos seus Postos Territoriais (PTer), na prevenção da criminalidade.

Foi sustentado por uma metodologia definida por diferentes fases e métodos de investigação, como a análise documental, o inquérito por entrevista e inquéritos, por questionário. Neste âmbito foram inquiridos militares afectos ao patrulhamento (patrulheiros) e membros da comunidade local, pertencentes ou abrangidos pelo DTER de Vila Franca de Xira e seus PTER.

Na primeira parte do trabalho foi feito um enquadramento teórico sobre o tema, em que foi abordado o “policamento de proximidade”. Aí foi abordada a sua definição, técnicas utilizadas na sua prossecução, problemas que poderão advir da sua utilização, o primeiro programa de “policamento de proximidade” apresentado pelo XIII Governo Constitucional e no final um resumo dos programas especiais de “policamento de proximidade” que estão actualmente a ser utilizados pela Guarda Nacional Republicana (GNR). Desta parte foi possível concluir que o “policamento de proximidade” não é um tipo de policamento simples de implantar, requerendo muito dos patrulheiros e da organização que o tenciona por em prática, quer a nível logístico quer a nível humano. Contudo ao mesmo tempo este pode-se tornar num método muito eficaz na prevenção da criminalidade, melhorando a qualidade de vida da comunidade na qual é aplicado.

Na segunda parte do trabalho, foi feito um inquérito por entrevista realizado ao Chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Programas Especiais da GNR, e inquéritos por questionário feitos à comunidade e a patrulheiros da Zona de Acção (ZA) do DTER de Vila Franca de Xira e seus PTER.

No final concluiu-se que existe uma grande falta de formação nos patrulheiros no que diz respeito ao “policamento de proximidade”, sendo este tipo de policamento visto pelos mesmos como um método pouco eficaz na prevenção, e combate da criminalidade.

Recomenda-se assim uma maior preocupação, no que diz respeito à formação dos militares afectos ao patrulhamento no dispositivo territorial e também o estudo da implantação de um policamento próximo à comunidade em todo o dispositivo da GNR.

Palavras-chave: FORMAÇÃO; PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE;
POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, PATRULHEIRO, COMUNIDADE,
POSTO TERRITORIAL.

ABSTRACT

This applied investigation paperwork (AIP) seeks an analysis of the effects of the “proximity patrolling” performed by the patrols of the Territorial Detachment (DTER) of Vila Franca de Xira and of its Territorial Posts (PTer) on preventing criminality.

Was based on a methodology consisting of different stages and methods of investigations, such as documental analysis, an enquiry based on interviews, and enquiries based on questionnaires. In this sphere of action militaries entrusted with the patrolling and members from the local community, who belong or are comprised by the DTER of Vila Franca de Xira and its PTER.

In the first part of the paperwork a theoretical framing on the theme was elaborated, in which the “proximity patrolling” was approached. In this part, its definition, the techniques used, problems which may derive from its utilization, the first “proximity patrolling” program presented by the XIII Constitutional Government and a synopsis of the special “proximity patrolling” programmes that are being utilized on the field by the Guarda Nacional Republicana (GNR – National Republican Guard). It was possible to conclude that the “proximity patrolling” is not easy to implement, since it requires a lot from the patrollers as well as from the organization which intends to implement it, both on a logistic level as well as on a human scale. Nevertheless, it may become a very effective method when it comes to fight and prevent criminality, thus improving the quality of life of the local community where it takes place.

On the second part of the paperwork, an enquiry based on interviews was made to the Chief of the Community Patrolling Section and on the GNR Special Programmes, and enquiries based on questionnaires were done to the members of the community as well as militaries responsible for the patrolling of the Area of Action (ZA) of the DTER of Vila Franca de Xira.

One concludes that there is a major lack on the training of the militaries in what concerns “proximity patrolling”, which isn’t seen as an effective means of preventing and fighting criminality by them.

Therefore, a greater concern is advisable to what concerns the training of the patrols responsible for the patrolling within the territory, in addition to the study of the real and actual implementation of a patrolling contiguous to the community in all the GNR arrangement.

Keywords: TRAINING, CRIMINALITY PREVENTION, PROXIMITY
PATROLLING, PATROLLER, COMUNITY, TERRITORIAL POST

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 ENQUADRAMENTO	2
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
1.4 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO	3
1.5 OBJECTIVOS	3
1.6 METODOLOGIA	4
1.7 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	5

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA SOBRE AS TÉCNICAS DE POLICIAMENTO 6	6
2.1 INTRODUÇÃO.....	6
2.2 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	8
2.2.1 O que é o Policiamento de Proximidade?	8
2.2.2 Definição de Policiamento de Proximidade	10
2.2.3 Que técnicas se utilizam no policiamento de proximidade?	10
2.2.3.1 Acções de prevenção:	10
2.2.3.1.1 Vigilância.....	10
2.2.3.1.2 Informação	11
2.2.3.1.3 Visibilidade e presença policial	12
2.2.3.1.3.1 Visibilidade operacional	12
2.2.3.1.3.2 Visibilidade social.....	14
2.2.3.1.4 Intervenção legal como factor de prevenção	14
2.2.3.2 Qualidade total do serviço	15
2.2.3.2.1 Acolhimento e atendimento ao público	15
2.2.3.2.2 Acessibilidade e facilitação da vida dos utentes	16

2.2.3.2.3 Comunicação técnico-administrativa	16
2.2.4 É pacífica a utilização deste método de policiamento?	16
2.2.5 Programa Integrado de Policiamento de Proximidade	17
2.2.6 Que programas de Policiamento de Proximidade estão a ser utilizados pela GNR no terreno?	18
2.2.6.1 Programa “Escola Segura”	18
2.2.6.2 Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”	19
2.2.6.3 Programa “Comércio Seguro”	19
2.2.6.4 Outros programas especiais de policiamento	19
2.3 RESUMO	19

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	21
3.1 METODOLOGIA	21
3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	21
3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS	22
3.3.1 Local	22
3.3.2 Inquérito por Entrevista.....	22
3.3.3 Inquérito por Questionário	23
3.3.3.1 Universo e Amostra	24
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	26
4.1 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	26
4.1.1 Análise Qualitativa Descritiva dos Dados do Inquérito por Entrevista	26
4.1.2 Análise Quantitativa dos Dados dos Inquéritos por Questionário	28
4.1.2.1 Inquérito por Questionário 1 - Feito à comunidade residente na zona de acção do DTer de Vila Franca de Xira.....	28
4.1.2.1.1 Análise da questão nº 10	30
4.1.2.2 Inquérito por Questionário 2 – Feito a patrulheiros do DTer de Vila Franca de Xira e seus PTer	31
4.1.2.2.1 Análise da questão nº 10	33
4.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
4.2.1 Inquérito por Entrevista.....	34
4.2.2 Inquéritos por Questionário	35
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	38
5.1 CONCLUSÕES.....	38
5.1.1 Recomendações.....	39
5.1.2 Limitações da Investigação	40

5.1.3 Investigações Futuras.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	41
APÊNDICES.....	44
APÊNDICE A – Guião da Entrevista	44
APÊNDICE B – Transcrição da entrevista realizada	47
APÊNDICE C – Lista de militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e aos correspondentes PTer	51
APÊNDICE D – Questionários Feitos	55
APÊNDICE E – Quadros de resultados.....	61
APÊNDICE F – Parcerias	66
ANEXOS	68
ANEXO G – Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime, 2005	68
ANEXO H – Evolução da criminalidade na última década	69
ANEXO I – Policiamento de Proximidade (Police de Proximité) Modelo Francófono.....	70
ANEXO J – Policiamento Comunitário (Community Policing) Modelo Anglo-Saxónico	71
ANEXO K – Os Perigos do Policiamento Comunitário	73
ANEXO L – Alunos matriculados no ensino, 1990\2005	75
ANEXO M – Recusas – Porquê?.....	77
ANEXO N – Sistema Policial Francês	78
ANEXO O – Sistema Policial do Reino Unido	79
ANEXO P – Sistema Policial Português	80
ANEXO Q – Manuais da antiga Guarda Fiscal.....	81

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Gráfico 1- Questão nº 1: Acha que existem suficientes militares da GNR a patrulhar na sua área de residência?.....	28
Gráfico 2- Questão nº 2: Acha que a simples presença de um militar da GNR num determinado local previne que aconteça aí algum crime?.....	28
Gráfico 3- Questão nº 3: Acha que o patrulhamento dos militares da GNR local é eficaz?.....	28
Gráfico 4- Questão nº 4: Acha que há dificuldades de um cidadão comunicar com uma patrulha da GNR?.....	29
Gráfico 5- Questão nº 5: Quando vai falar com um militar da GNR, explicando-lhe algum problema, considera que ele se preocupa em resolver o seu problema?.....	29
Gráfico 6- Questão nº 6: Conhece algum tipo de programa especial de patrulhamento da GNR para proteger crianças, idosos, o comércio, ou outros?.....	29
Gráfico 7- Questão nº 7: Sente a GNR local próxima da população?.....	29
Gráfico 8- Questão nº 8: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:.....	30
Gráfico 9- Questão nº 9: Na sua opinião qual é o meio de patrulhamento mais eficaz para os militares da GNR?.....	30
Gráfico 10- Questão nº 1: Acha que são lançadas diariamente na sua Zona de Acção patrulhas suficientes?.....	31
Gráfico 11- Questão nº 2: Acha que o patrulhamento que se faz diariamente na sua Zona de Acção é eficaz?.....	31
Gráfico 12- Questão nº 3: Costuma contactar com a população enquanto faz a patrulha?.....	31
Gráfico 13- Questão nº 4: Acha que as pessoas têm receio de falar com a GNR?.....	32
Gráfico 14- Questão nº 5: Acha que as pessoas são cooperantes, fornecendo informações à GNR sobre ocorrência de crimes e incividades?.....	32
Gráfico 15- Questão nº 6: Tem algum tipo de formação na área do policiamento de proximidade?.....	32
Gráfico 16- Questão nº 7: Acha que o patrulhamento de proximidade implantado actualmente na GNR é um método eficaz na prevenção da criminalidade?.....	32
Gráfico 17- Questão nº 8: Que tipo de patrulhamento efectua com mais frequência?.....	33
Gráfico 18- Questão nº 9: Que tipo de patrulhamento acha ser o mais eficaz para a prevenção da criminalidade?.....	33

ANEXO H – Evolução da criminalidade na última década

Gráfico 19 - Representativo da evolução das participações na última década assim como das variações observadas.....70

ANEXO K – Alunos matriculados no ensino, 1990\2005

Gráfico 20 – Alunos matriculados por nível de ensino, (ensino não superior), 1990\2005.....75

Gráfico 21 – Alunos matriculados no ensino superior, 1990\2007.....76

ANEXO N – Sistema Policial Francês

Figura 1 – Ministério do Interior, do Ultramar e das Colectividades Territoriais.....78

ANEXO O – Sistema Policial do Reino Unido

Figura 2 – Mapa do território nacional do Reino Unido.....79

ANEXO P – Sistema Policial Português

Figura 3 - Organograma do Ministério da Administração Interna.....80

ANEXO Q – Manuais da antiga Guarda Fiscal

Figura 4 - Fotografia do Manual do Agente Fiscal.....81

Figura 5 - Fotografia do Manual para Sargentos e Praças da Guarda Fiscal.....82

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1.1 Análise Qualitativa Descritiva dos Dados do Inquérito por Entrevista.....	26
---	----

4.1.2.1.1 Análise da questão nº 10

Quadro 2 – Opinião dos habitantes da ZA do DTer de Vila Franca de Xira sobre os aspectos que a GNR deveria mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população.....	30
---	----

4.1.2.2.1 Análise da questão nº 10

Quadro 3 – Opinião dos militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e respectivos e PTer, sobre os aspectos que a GNR deveria mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população.....	33
---	----

APÊNDICE A – Guião da Entrevista

Quadro 4 – Guião da entrevista.....	44
-------------------------------------	----

APÊNDICE E – Quadros de resultados

Quadros de Resultados do Inquérito por Questionário 1 – Feito a cidadãos residentes na zona de acção do DTer de Vila Franca de Xira

Quadro 5 – Questão 1.....	61
Quadro 6 – Questão 2.....	61
Quadro 7 – Questão 3.....	61
Quadro 8 – Questão 4.....	62
Quadro 9 – Questão 5.....	62
Quadro 10 – Questão 6.....	62
Quadro 11 – Questão 7.....	62
Quadro 12 – Questão 8.....	63
Quadro 13 – Questão 9.....	63

Quadros de resultados do Inquérito por Questionário 2 - Feito a militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira

Quadro 14 – Questão 1.....	63
Quadro 15 – Questão 2.....	63
Quadro 16 – Questão 3.....	64
Quadro 17 – Questão 4.....	64
Quadro 18 – Questão 5.....	64
Quadro 19 – Questão 6.....	64
Quadro 20 - Questão 7.....	65

Quadro 21 – Questão 8.....	65
Quadro 22 – Questão 9.....	65

APÊNDICE C – Lista de militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e aos correspondentes PTer

Quadro 23 - Lista de militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e aos correspondentes PTer.....	51
--	----

ANEXO G - Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime, 2005

Quadro 23 – Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime , 2005.....	68
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AR	Assembleia da República
C	Concordo
CG	Comando Geral
CRP	Constituição da República Portuguesa
CT	Concordo Totalmente
D	Discordo
DL	Decreto-lei
DTer	Destacamento Territorial
DT	Discordo Totalmente
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOP	Grandes Opções do Plano
GTer	Grupo Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAI	Ministério da Administração Interna
NMUME	Núcleo Mulher e Menor
NES	Núcleo Escola Segura
NTO	Não Tenho Opinião
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais - para fins Estatísticos
PIPP	Plano Integrado de Policiamento de Proximidade
PTer	Posto Territorial
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SPSS	Special Package for Social Sciences
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
ZA	Zona de Acção

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A apresentação deste trabalho é o resultado de uma investigação desenvolvida de forma a verificar, se o “policiamento de proximidade” utilizado diariamente pela GNR por intermédio do patrulheiro é eficaz na prevenção da criminalidade. Investigação esta, que foi efectuada através de uma análise estatística baseada nas opiniões dos principais intervenientes no “policiamento de proximidade”, (patrulheiros de um DTer, seus PTer e a comunidade local).

1.2 ENQUADRAMENTO

A interacção da GNR com as populações e instituições locais - Estratégias para a prevenção do crime. Com um tema tão vasto, logo desde os primórdios da sua escolha se denotou a pertinência do mesmo ser delimitado num problema mais restrito. Pois a fita temporal atribuída para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) não o iria permitir concretizar atempadamente. Contudo manteve-se sempre a convicta preocupação em não elaborar um trabalho ambíguo e sem interesse, mas sim algo de concreto e objectivo, do qual se pudessem retirar resultados pertinentes e novos para a GNR. Assim mantendo sempre um estreito relacionamento com o tema inicial, achou-se necessário primeiramente delimitar o tema ao nível orgânico da GNR, confinando-se o estudo e a investigação a um determinado DTer e seus PTer. Isto devido a estes serem os locais em que a GNR tem mais directamente relações com a comunidade, e os influencia. Neste caso os militares afectos ao patrulhamento (patrulheiros) não só têm contacto directo com a comunidade, como também o tem com os seus problemas. Isto com a utilização de métodos e técnicas implementadas na GNR, de actuação próxima à comunidade. O mesmo já não se pode dizer que aconteça ao nível do Grupo Territorial (GTer), por este se encontrar a um nível mais administrativo.

Ainda assim, foi necessário delimitar o tema inicial em mais dois aspectos, pois o mesmo continuava demasiadamente abrangente. Assim, delimitou-se também o tema aos patrulheiros e à comunidade. À patrulha, porque esta é quem mais directamente interage com a população, quer física quer socialmente. E à comunidade local pelo facto de o autor pretender analisar quem directamente usufrui dos serviços de segurança prestados pela GNR, ou seja o alvo directo do “policiamento de proximidade”. Com isto constatou-se que ao mesmo tempo se poderiam estar indirectamente a analisar as próprias instituições locais, visto que as mesmas poderiam ser geridas pelas pessoas que possivelmente iriam ser

estudadas neste TIA, e que possivelmente poderiam ter “parcerias”¹ constituídas com a GNR para a prevenção da criminalidade local. Assim neste trabalho não se fará referência às “parcerias” que a GNR possa ter, mas sim procurar-se-á que o estudo se cinja apenas às relações patrulheiro – comunidade. Não só por este motivo, mas também pelo tempo limitado que nos foi dado para elaboração do TIA, como já se referiu anteriormente.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Ao lermos o tema “A interacção da GNR com as populações e instituições locais – Estratégias para a prevenção do crime” quatro pontos importantes se destacam imediatamente. São eles a GNR, a população, o relacionamento entre estas duas, e a prossecução da prevenção da criminalidade. Sendo, este último, um dos pilares fundamentais do “policiamento de proximidade”.

A criminalidade, tal como outras áreas, tem vindo a acompanhar inevitavelmente a evolução da própria sociedade. Tem vindo a especializar-se e a aumentar² ao longo da última década, conseguindo estar, em várias situações um passo à frente das Forças de Segurança. Por isso é normal que cada vez mais se ouça falar, quer a nível político quer ao nível das Forças de Segurança, em “policiamento de proximidade”³, em “segurança comunitária”, em “segurança solidária”⁴ em “policiamento comunitário”, e em “parcerias”. Com isto e cada vez mais, se fala e procura implementar, a prevenção da criminalidade e o aproximar das Forças de Segurança à comunidade ou vice-versa, procurando prevenir o mal antes do mesmo acontecer.

Por outro lado, como afirma o sociólogo Alemão Ferdinand Tonnies (1855-1836)⁵ a sociedade tem evoluído num sentimento cada vez mais individualista e impessoal, em que as pessoas cada vez menos têm sentimento de pertença seja ao que for.

Sentimento que as novas políticas e técnicas⁶ policiais têm tentado mudar com novos tipos de programas⁷ de prevenção da criminalidade social. Assim torna-se pertinente restringir o problema ao DTer, à patrulha e à comunidade local.

Até à presente data todos os trabalhos feitos relacionados com “policiamento de proximidade” e da relação da GNR com a comunidade, que foram analisados para este trabalho, demonstraram-se demasiado escassos, teóricos e abrangentes. Cingindo-se em demasia às origens do “policiamento de proximidade” e do “policiamento comunitário”,

¹ Ver APÊNDICE F

² Ver ANEXO H

³ Discurso do MAI feito na assembleia da república em 16 de Maio de 2008. Ver <http://www.mai.gov.pt/multimedia/default.asp?seccao=3&id=256&mode=text> site acedido em 1 de Julho de 2008.

⁴ “A política e o plano de acção Segurança Solidária tem como objectivo garantir que os diferentes sectores da sociedade contribuem para a prevenção e contenção da criminalidade” Ver <http://www.mai.gov.pt/lertexto.asp?id=39> site acedido em 15 de Junho de 2008.

⁵ Ver <http://www.causanacional.net/index.php?itemid=92> Acedido em 23 de Julhos de 2008

⁶ Como é o caso do policiamento de proximidade e o policiamento comunitário.

⁷ Programas como o “Abastecimento Seguro”, “Farmácia Segura”, “Táxi Seguro”, SOS Azulejo, Igreja Segura, Transporte Seguro de Tabaco, Núcleo Mulher Menor etc.

analisando muito o exemplo de outros países. Mas nunca focalizando um ponto tão importante como é o caso patrulheiro e da comunidade. Por isso se decidiu enveredar por este caminho.

1.4 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO

Como já foi referido anteriormente, a principal resposta que se procura obter com este trabalho de investigação aplicada é “Será o policiamento de proximidade utilizado diariamente pela GNR por intermédio do patrulheiro, eficaz na prevenção da criminalidade?”. Contudo para chegar à resposta desta questão torna-se necessário obter resposta a outras questões que surgem, tais como: Se existe uma boa comunicação entre a GNR e a comunidade; Se o “policiamento de proximidade” é visto como eficaz na prevenção da criminalidade; Qual será o tipo de patrulhamento mais eficaz no “patrulhamento de proximidade”; E se está efectivamente o “policiamento de proximidade” implantado na GNR. Estas são as questões com maior relevância que se levantaram para o início deste TIA, sendo que o objectivo é obter resposta às mesmas.

1.5 OBJECTIVOS

Continuando ainda a ser o problema deste trabalho um pouco extenso, surge a necessidade de se escolherem várias hipóteses com vista ao acompanhamento das perguntas de partida lançadas anteriormente.

Desta forma, parte-se do princípio que nos DTer e nos PTER se utiliza o “policiamento de proximidade” por intermédio dos diferentes tipos de patrulhamento, como o apeado, o auto, o a cavalo entre outros, embora se denote que doutrinariamente o apeado seja o mais eficaz. Também se coloca a hipótese de os patrulheiros no terreno terem formação adequada no âmbito do “policiamento de proximidade”, de forma a o executarem de uma forma adequada e profícua. Que existe uma boa comunicação entre o patrulheiro e a comunidade. Que o “policiamento de proximidade” é visto como um meio eficaz para a prevenção da criminalidade local quer pela comunidade quer pelos patrulheiros. E que existem indicações específicas de um escalão superior, como é o Comando Geral, de como executar e o que fazer para a prossecução do “policiamento de proximidade”.

Vários trabalhos foram já publicados acerca deste tipo de policiamento e da sua utilização. Mas no que respeita ao nosso país praticamente apenas isso se fez numa perspectiva de estudos de caso, restringindo o mesmo apenas a uma localidade, ou área habitacional. Pois um tema deste tipo para ser analisado a nível nacional teria gastos demasiadamente elevados quer a nível económico quer a nível logístico, levando demasiado tempo a concretizar. Tempo esse que uma tese de mestrado não permite, muito menos um TIA com

esta natureza. Assim desta forma este trabalho irá ter uma incidência também num estudo de caso. Pois como referem Carmo & Ferreira apud Yin (1998, p. 216) este tipo de estudo é o preferido quando queremos responder a questões de “como” ou de “porquê”, em que o investigador não pode nem consegue exercer nenhum tipo de controlo sobre os acontecimentos que está a estudar, focalizando-se em fenómenos actuais, e procurando a explicação do fenómeno. Mas no caso deste TIA numa ZA ainda não estudada, que será o do DTer de Vila Franca de Xira. Esta escolha justifica-se por dois motivos. Por este ser um DTer com dupla área de actuação, visto ter na sua ZA parte urbana e parte rural, constituindo assim uma mais-valia para esta investigação, tendo-se a possibilidade de abarcar a opinião da actuação preventiva da GNR nestes dois tipos de áreas distintas. E também o facto de este DTer pertencer a um grande centro urbano que é Lisboa, facilitando o acesso aquando da aplicação dos inquéritos quer à comunidade quer aos patrulheiros.

Em relação ao TIA, este irá ser inicialmente baseado em bibliografia geral, em trabalhos, em teses publicadas, e artigos relacionados com o tema. Pois neste caso encontram-se praticamente todos os estudos, versados em casos específicos, com áreas e universos bem delimitados. Assim, o estudo de uma ZA, ainda não estudada do Território Nacional no que diz respeito ao “policiamento de proximidade” de um DTer da GNR, irá enriquecer o conhecimento da instituição, acerca da utilização deste tipo de policiamento num outro ponto do país, com uma outra cultura e tipo de comunidade. Para se saber qual a relevância da actuação deste tipo de policiamento perante aquela comunidade. De como é que a mesma vê esse tipo de patrulhamento e actuação para assim se poder alterar, melhorar ou manter o sistema actual. Sempre com a vontade de evoluir e melhorar o serviço público que a GNR fornece à comunidade Portuguesa, e aos residentes em Portugal.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia empregue para o desenvolvimento deste trabalho, como já se referiu, foi primeiramente na sua vertente teórica, baseada em documentos existentes referentes ao tema do TIA em questão. Documentos, que foram desde publicações académicas de teóricos e estudiosos do tema, trabalhos e teses publicadas com incidência nacional, artigos de revistas, a estudos elaborados em outros países com dualidade policial e não só, servindo isto de algum modo como referência. Como é lógico, sempre que de algum modo esses documentos estivessem relacionados com o tema do TIA em questão.

Ainda no âmbito teórico foram realizadas pesquisas em vários sítios oficiais da internet, que permitiram quer a recolha, quer a indicação de informação fiável nas mais variadas áreas que pudessem estar relacionadas com o tema do TIA em causa, promovendo o enriquecimento e elaboração do mesmo.

Na segunda parte, ou seja, na componente prática do TIA, foram utilizados outros métodos para além dos já descritos na vertente teórica. Nesta parte foram elaborados e utilizados inquéritos por entrevista semi-directiva e inquéritos por questionário, visto ter sido impossível a recolha de informação por observação directa. Derivado ao facto de não ter havido a oportunidade de integrar algum tipo de estágio. Os inquéritos por entrevista e os inquéritos por questionário foram feitos com o intuito de justificar a pertinência deste tema. O principal método utilizado na componente prática deste TIA foi a análise estatística de dados. Os quais permitiram elaborar estatísticas, factuais e de opinião pessoal essenciais para a apresentação deste TIA.

De referir que este trabalho foi baseado, ao nível da metodologia científica no que respeita aos critérios de redacção e apresentação do trabalho, nas “Orientações para a Redacção de Trabalhos” da Academia Militar e no “Guia Prático sobre a Metodologia Científica” da Prof.^a Manuela Sarmento.

1.7 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

Pela especificidade deste tema, com especial incidência na utilização do “policimento de proximidade” para a prevenção da criminalidade, entendeu-se por bem distinguir, neste TIA, duas partes como necessárias. Isto para um cabal esclarecimento do tema e apresentação dos resultados finais conclusivos.

I Parte – A revisão da literatura sobre o tema destina-se à apresentação teórica dos conceitos e ideias fundamentais em matéria de “policimento de proximidade”. Através da apresentação do conceito de “policimento de proximidade” adoptado, e dos seus dois pilares mais importantes, que são a prevenção da criminalidade e a qualidade do serviço. Também se faz referência aos problemas que poderão advir da utilização de um policimento deste tipo, apresentando no final os programas especiais de policimento de proximidade actualmente utilizados pela GNR.

II Parte – O trabalho de campo será todo dedicado ao estudo empírico do problema levantado, que deu lugar a este trabalho de investigação. Nesta parte haverá a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos através dos inquéritos por questionário e do inquérito por entrevista. Para além disso, vai-se abordar a justificação das técnicas e meios utilizados na investigação e tratamento dos dados.

No final irá fazer-se uma análise conclusiva, onde são referidas algumas limitações, e onde são deixadas algumas recomendações, quer para futuros trabalhos na mesma área, quer para melhoria do actual sistema de policimento de proximidade implantado na GNR.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA SOBRE AS TÉCNICAS DE POLICIAMENTO

2.1 INTRODUÇÃO

A actividade diária das Forças de Segurança visa garantir a segurança da comunidade, sem distinção de qualquer tipo. Pelo que, num estado de direito democrático como Portugal, as Forças de Segurança só podem estar ao serviço da comunidade e dos seus direitos. Pois, quanto maior a eficácia e eficiência das Forças de Segurança, mais garantidos irão estar os direitos, liberdades e garantias da comunidade previstos na Constituição da República Portuguesa (CRP). (Ministério da Administração Interna [MAI], 1999).

Todos temos a noção de que, tradicionalmente, o direito à segurança era assegurado, como ainda muitas das vezes se observa, em larga medida, por um policiamento essencialmente reactivo, em que as Forças de Segurança reagiam maioritariamente perante a notícia do crime ou de uma incivilidade. Contudo chegou-se à conclusão de que esta não seria a melhor resposta ao problema pelo que, desde meados do século XX em Portugal, se tem vindo implementando e desenvolvendo um policiamento proactivo de proximidade. Bem visível e eficiente perante a comunidade. Melhorando assim o nível de qualidade de vida e o nível de aceitabilidade das Forças de Segurança no seio de cada comunidade. (MAI, 1999).

Mas, estamos num mundo em constante mudança, e o que é certo hoje amanhã já não o pode ser. A sociedade evolui de uma forma incrivelmente rápida e com ela inevitavelmente a população, e ainda subjacente a isso a criminalidade. (MAI, 1999).

Na ideia tradicional a segurança sempre foi vista como um problema que as Forças de Segurança tinham que resolver sozinhas. Pois era da única e exclusiva responsabilidade das Forças de Segurança, o que em alguns casos actualmente não foge muito à realidade. Assim, vários países se viram obrigados a fazer frente a este novo tipo de criminalidade e a este novo tipo de problemas sociais em que a utilização de métodos policiais tradicionais deixaram de ser os mais apropriados. Assim surgiu a necessidade de utilizar um tipo de policiamento inovador, designado por “policiamento de proximidade”⁸ ou “policiamento comunitário”⁹. Que ao mesmo tempo é conjugado com a participação directa ou representada da comunidade nos problemas de segurança nas localidades da sua residência. (MAI, 1999)

Contudo aquando da pesquisa para este trabalho de material bibliográfico no que respeita à temática do policiamento, verificou-se uma escassa panóplia de documentos

⁸ Ver ANEXO I

⁹ Ver ANEXO J

escritos em Português. Teve-se assim que se recorrer em muitos dos casos à bibliografia editada em outras línguas, maioritariamente anglófona e francófona. Consequência disso mesmo, encontram-se em Portugal duas doutrinas diferentes. Surge assim a mesma dúvida que teve Pierre Henry Bolle, se o “policiamento de proximidade” e o “policiamento comunitário” serão a mesma coisa. Contudo, depois de uma leitura e de uma pesquisa um pouco mais aprofundada acerca do assunto, verifica-se que embora aparentemente sejam semelhantes, as mesmas são diferentes, no que diz respeito à sua filosofia de actuação com a comunidade. Isto fez na opinião do autor com que em Portugal muitas organizações e instituições utilizassem de maneira errada e despreocupada os dois conceitos diferentes como se da mesma coisa se tratasse. Ou seja, está-se a falar de duas doutrinas vindas de dois países diferentes com culturas e sistemas policiais igualmente diferentes. Que no caso do francófono¹⁰ é um sistema policial semelhante ao Português. Assim estas duas doutrinas, “policiamento comunitário” e “policiamento de proximidade” respectivamente, são actualmente referenciadas e citadas diariamente em Portugal pelas Forças de Segurança, pelos políticos e meios de comunicação.

Assim, convém desde já delimitar e diferenciar a partir da sua génese estes dois tipos de policiamento. Alves apud Ocqueteau (2002) refere que o “**policiamento de proximidade**” de origem francófona na sua génese empreende um esforço de adaptação da organização da Força de Segurança à comunidade. Ao contrário do “**policiamento comunitário**” de origem anglófona em que se denota um esforço organizado pelos poderes públicos como as instituições representativas da população que vão apoiar as Forças de Segurança, ou seja, de um lado tem-se uma filosofia de pensamento, em que as Forças de Segurança pretendem chegar à comunidade, e a outra em que as Forças de Segurança pretendem que seja a comunidade a chegar à elas que é o caso do “policiamento comunitário”. Embora a GNR já tenha adoptado o conceito de “policiamento comunitário”, neste trabalho o autor decidiu-se pela utilização e pelo estudo do “policiamento de proximidade”, por 3 razões:

- 1- Porque não está ainda nada implantado na GNR ou a ser utilizado que tenha que ver com o “policiamento comunitário”, embora se utilize o conceito.
- 2- Porque o próprio MAI refere seu discurso¹¹ à Assembleia da Republica (AR) em 16 de Maio de 2008, como orientação estratégica, o “policiamento de proximidade” e não o comunitário, fazendo referência à “segurança comunitária”.
- 3- Porque o “policiamento comunitário” é originário de um país com um sistema policial¹² muito diferente do Português¹³, com uma cultura e tradições diferentes quer policiais quer da sociedade.

¹⁰ Ver ANEXO N

¹¹ Ver <http://www.mai.gov.pt/multimedia/default.asp?seccao=3&id=256&mode=text> Acedido em 1 de Julho de 2008.

2.2 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

2.2.1 O que é o Policiamento de Proximidade?

Provocado, nomeadamente, pelo aumento do nível educativo, segundo demonstra um estudo do INE¹⁴ (2007) publicado no Anuário Estatístico de Portugal 2006, e pela crescente consciencialização da legitimidade dos seus direitos fundamentais, o cidadão comum dos dias de hoje é, detentor de mais informação e mais conhecimentos. O que o torna mais exigente, não se contentando com medidas e soluções conjunturais ou pontuais, para resolver as dificuldades ou problemas com que se confronta no seu quotidiano. Exigindo profissionalismo e uma resposta rápida, eficaz e eficiente. (MAI, 1999).

Está-se pois, hoje, perante cidadãos extremamente activos, que já não são meros receptores de serviços prestados pelas Forças de Segurança. Mas que são participantes nesses mesmos serviços que lhes são prestados, em que um dos exemplos mais significativos desta mudança prende-se com a segurança desses mesmos cidadãos. (MAI, 1999).

Contudo ao nível da prevenção, é hoje pacífico, como sempre foi dito pelos antepassados, que mais vale prevenir que remediar. E transpondo esse ditado para este caso vemos que tão ou mais importante que atacar um problema social, como é por exemplo a delinquência juvenil¹⁵ ou o crime que muito tem sido mediatizado pelos meios de comunicação ultimamente, é importante identificar as causas geradoras desse mal. Procurando, antecipá-lo, em cooperação estreita com outras instituições ou organismos sociais, públicos ou privados, mas particularmente com a comunidade. Procurando assim encontrar soluções que evitem e previnam situações de risco e perigo para a comunidade local. Esta atitude de prevenção e de antecipação aos problemas conduz a que haja uma implicação pessoal do patrulheiro na resolução dos diversos tipos de conflitos sociais. Na procura de alternativas e na antecipação a qualquer tipo de incivildades ou crimes que possam ocorrer. (MAI, 1999).

Mas não se fica por aqui, pois torna-se necessário e imprescindível construir redes de “parcerias” com todas as forças vivas locais, como são exemplo os “contratos locais de segurança”¹⁶. Com o intuito de assegurarem uma real e efectiva mobilização de recursos e

¹² Ver ANEXO O

¹³ Ver ANEXO P

¹⁴ Ver ANEXO L

¹⁵ Embora tenham sido muito mediatizados alguns casos de delinquência juvenil, dados recentes do RASI 2007 demonstram um decréscimo da criminalidade juvenil nos últimos anos como refere o MAI. Ver <http://www.mai.gov.pt/mmultimedia/default.asp?seccao=3&id=256&mode=text> site acedido em 4 de Julho de 2008.

¹⁶ “O ministro da Administração Interna enviou à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no passado dia 10 de Março, uma minuta de Contrato Local de Segurança. O contrato é celebrado entre o MAI e qualquer município interessado e respeita as áreas de segurança pública, prevenção da criminalidade, segurança rodoviária e protecção civil.

conjugação de esforços, para abordar os problemas de uma maneira global e interdisciplinar, partilhando responsabilidades com a comunidade. (MAI, 1999).

Aparece assim o **“policiamento de proximidade”** que deriva de tudo o que já se referiu em linhas anteriores. Mas que requer, como é óbvio, um aumento da qualidade da acção das Forças de Segurança, um aumento da sua visibilidade e da sua capacidade de inserção na vida das comunidades, apoiando-se no conhecimento e no diálogo permanente com a comunidade e com as entidades civis que os representam. Nas quais eles se vão apoiar nas mais variadas situações da sua vida para que haja um consequente aumento da qualidade de vida das comunidades, reduzindo a criminalidade e aumentando o sentimento de segurança. Posto isto, vai-se, conseguir fomentar a noção de serviço público. Baseada na qualidade do serviço prestado e na transparência dada pelas Forças de Segurança, para satisfação dos destinatários, numa cultura de compromisso. Por intermédio de contratos e parcerias entre a GNR, as comunidades e as organizações públicas e privadas locais. (MAI, 1999).

O que se pretende ao fim e ao cabo com esta técnica é transformar a polícia maioritariamente reactiva, cada vez mais numa polícia proactiva. Desenvolvendo cada vez mais uma atitude positiva de prevenção e antecipação dos problemas, aumentando a qualidade da acção sócio-policial dada pelas Forças de Segurança. (MAI, 1999).

Esta relação interactiva e dinâmica da GNR com a comunidade e com as instituições civis, para além de promover e potencializar um processo riquíssimo de troca de informações entre os dois, gera também uma forte cumplicidade recíproca, que envolve e responsabiliza todos na resolução dos problemas que a todos diz respeito. (MAI, 1999).

De facto, hoje, pedem-se à GNR soluções e respostas concretas, a um elevado nível de conhecimentos, o que leva a que seja necessário, uma reposta cada vez mais profissional. Contudo, é necessário referir que o modelo de “policiamento de proximidade” não substitui de maneira nenhuma o modelo convencional, antes pelo contrário, a coexistência dos dois é imprescindível. Porque, queira-se ou não, continua a ser necessário responder às solicitações feitas em todo o dispositivo da GNR, como forma de reagir prontamente a todos os focos de violação da lei ou de alteração da ordem pública. (MAI, 1999). Todavia, isto também não significa que este modelo acabe com todos os problemas com os quais nos deparamos no dia-a-dia. Mas sim apenas se propõem mais formas, para além das já existentes, de resolução desses mesmos problemas. Significa também que, para perceber como surgem as ilegalidades e as incivildades, numa determinada comunidade, interessa, em primeiro lugar, estudar rigorosamente os factores que as provocam, comunicando com a comunidade. (MAI, 1999).

2.2.2 Definição de Policiamento de Proximidade

Chegados a este ponto do TIA torna-se imperativo que se adopte uma definição de “policiamento de proximidade” para que possa ser acompanhado com coerência o desenvolver deste TIA. Assim e depois de alguma pesquisa efectuada em vários documentos e bibliografia publicada ao respeito, não foi encontrado consenso quanto à definição de “policiamento de proximidade”. Por isso o autor decidiu formular uma definição de policiamento de proximidade, para este trabalho, por intermédio da identificação e análise dos pontos transversalmente coincidentes a todas as definições ou explicações dadas sobre “policiamento de proximidade” pelo mundo académico ou teórico publicado até à data e ao qual se teve acesso. Assim segundo as referências à definição em causa de Jaukowski (1998), Bolle (1998), Fenech (2001), Gomes (1995), MAI (1999), Ziembo-Vogl & woods (1996), os pontos em que todos praticamente coincidem quando se referem ao “policiamento de proximidade” são a prevenção da criminalidade, a aproximação das forças policiais à comunidade, a procura da legitimação da actuação das forças policiais e a forçosa adaptação das forças policiais ao cidadão. Definidas as grandes linhas que dão corpo à ideia de “policiamento de proximidade” para este trabalho, será definido o “policiamento de proximidade” como **uma filosofia de actuação policial que privilegia a intervenção próxima à comunidade, adaptando a organização aos cidadãos, na procura de legitimar as reformas policiais pretendidas, para a prevenção da criminalidade.**

2.2.3 Que técnicas se utilizam no policiamento de proximidade?

Duas vertentes se desenvolvem obrigatoriamente no “policiamento de proximidade”, sendo elas a **prevenção** e a **qualidade de serviço**, vertentes que se concretizam e são aplicadas por intermédio de várias técnicas, das quais algumas seguidamente irão ser explanadas. (MAI, 1999).

2.2.3.1 Acções de prevenção:

As acções de prevenção privilegiam, sem dúvida, a vertente preventiva no relacionamento com a sociedade, que se vai traduzir nas modalidades de **vigilância**, **informação**, **visibilidade** e **intervenção legal**. (MAI, 1999).

2.2.3.1.1 Vigilância

A vigilância, primeiro que tudo, deve incidir e ser direccionada para os problemas que são identificados pela comunidade local como sendo causadores da insegurança, podendo

esses problemas ir desde a falta de iluminação num certo local, o que pode dar azo a assaltos, até a velocidades excessivas que se praticam em certos locais da via pública, que, independentemente de serem ou não identificados como problemas relevantes para a população local, criam um verdadeiro sentimento de insegurança, o que não é em nada desejável para as Forças de Segurança. (MAI, 1999).

Sendo assim, a vigilância vai incidir sobre a observação desses mesmos locais e não só, pois também irá incidir sobre as condutas e as actividades das comunidades, e sobre as condições propícias ao desenvolvimento de actividades que, ocorrendo em lugares públicos ou privados, podem propiciar, não só potenciais ilegalidades, mas também, locais onde se possam vir a praticar crimes ou incivildades. (MAI, 1999).

Para que isso não aconteça, é necessário neste processo envolver todas as instituições informais de controlo social, tais como a família, a escola e a igreja, bem como determinados grupos profissionais e associações de residentes, comerciantes ou desportivas. Os quais tenham de alguma maneira influência comportamental sobre as comunidades. Sendo assim, a acção de vigilância é a primeira medida deste processo de policiamento. (MAI, 1999).

2.2.3.1.2 Informação

Quando, na prevenção pela informação, se fala de uma troca, constante e transparente, esta troca de informação tem tendência a gerar um verdadeiro estímulo que mobiliza a comunidade a colaborar com as suas Forças de Segurança, uma vez que a comunidade é chamada a participar activamente num processo em que é parte interessada. Assim devem ser estabelecidos mecanismos fluentes de partilha e de contacto directo, entre as duas partes, para que a comunidade tenha um conhecimento real das preocupações e do trabalho desenvolvido. Contudo é importante construir e dinamizar estratégias e sistemas de informação dirigidos não só para sectores específicos da sociedade, como para grupos minoritários (idosos, menores ou imigrantes), e certas actividades, como são as comerciais as recreativas e as religiosas, mas também a determinados problemas sociais como a violência doméstica, ruídos, e ritos de iniciação na delinquência, ou ainda a determinados bairros, cuja comunidade viva em situação de risco social. (MAI, 1999).

Estas acções que se acabaram de referir assumem uma importância vital, na medida em que só deste modo se irá conseguir criar um sentimento colectivo de partilha da responsabilidade na segurança, como refere o Major General Augusto José Monteiro Valente (2001), ao referir que “O grande desafio coloca-se, pois, no salto qualitativo que é necessário empreender — o de consciencializar e motivar o cidadão a participar não só na garantia da sua segurança individual como também na defesa da segurança colectiva.”

Na prevenção pela informação um dos métodos de trabalho que se deve privilegiar tem a ver com a organização de informação pertinente relativa à segurança, em que para isso devem ser constituídas **pastas temáticas** sobre todos os assuntos que sejam objecto de estudo, por parte dos agentes afectos a cada área, grupo ou problema, sendo estes responsáveis pela sua constante e permanente actualização. (MAI, 1999).

Também se devem ter em conta a elaboração de **guias** ou **cadernos de medidas** onde, de um modo claro e conciso, estejam listados todos os procedimentos adequados, a criar, a desenvolver ou a apoiar os hábitos de prevenção das comunidades locais, bem como todos os contactos necessários para o melhor encaminhamento das situações. Estes cadernos devem, ainda, conter instruções úteis no que diz respeito à segurança do próprio patrulheiro em caso de revistas, buscas, abordagens, acompanhamentos, escoltas e primeiros socorros. Isto tudo para que o agente seja mais competente e eficaz nos serviços que irá prestar à comunidade. (MAI, 1999).

2.2.3.1.3 Visibilidade e presença policial

Independentemente da técnica de policiamento que se utiliza na prevenção da criminalidade numa determinada zona, a presença e a visibilidade policiais são indispensáveis, na medida em que só o facto de num local estar presente ou de passagem uma patrulha, vai gerar-se um sentimento tranquilizador nas pessoas que se encontram no local, e, ao mesmo tempo, inibir práticas criminais ou incivildades que possivelmente poderiam ser perpetradas por algum indivíduo no local se ali não passasse a patrulha. (MAI, 1999).

Neste caso não se pode deixar de diferenciar dois tipos de visibilidade. A **operacional** que resulta de acções operacionais de policiamento, e a **social** que resulta de acções de relacionamento social, a qual se pode dividir ainda em **institucional** e de **concertação**, que irá ser explicado mais à frente. (MAI, 1999).

2.2.3.1.3.1 Visibilidade operacional

A visibilidade operacional é a que é conseguida através do normal patrulhamento diário de um DTer ou PTer, que pode ser efectuado de forma **apeada**, **auto** ou **equestre**. De facto, a patrulha representa a chave principal do “policiamento de proximidade” com incidência especial para o patrulhamento apeado pois dos três tipos de patrulhamento é no qual o patrulheiro consegue um contacto mais próximo com a comunidade (MAI, 1999).

2.2.3.1.3.1.1 Patrulhamento auto

O patrulhamento auto, devido aos meios que utiliza, visa dar uma resposta rápida às solicitações em que é necessária uma resolução urgente, pois de todos eles é o que se

demonstra mais rápido a percorrer distâncias, logo mais rápido a acorrer aos locais onde se praticarão, estão a praticar ou irão ser praticados actos delituosos. Contudo, o uso regular deste tipo de patrulhamento faz com que na população se crie um sentimento de delegar na GNR local toda a tarefa e responsabilidade da segurança. O que vai contra um dos princípios do “policiamento de proximidade” que consiste no estimular da participação da comunidade na sua própria segurança, ou seja, a sua co-responsabilidade. (MAI, 1999).

2.2.3.1.3.1.1 Patrulhamento apeado

Este tipo de patrulhamento é entendido como uma técnica de grande importância no “policiamento de proximidade”. Tendo por vezes que ser efectuado utilizando um sistema de saturamento, ou seja, com um grande número de efectivos. Demonstrando-se como o único capaz de impedir as desordens mais graves e geradoras de alterações da paz social, de modo a que estas cessem imediatamente os seus efeitos, e que, pela numerosa presença policial, não ameacem voltar a emergir. (MAI, 1999).

Contudo, o patrulhamento apeado caracteriza-se pelo seu pequeno raio de acção, devido à sua limitada velocidade de deslocação, mas que por outro lado possibilita o acesso a quase todo o tipo de locais, e a uma aproximação discreta, proporcionando um contacto directo com as comunidades (Guarda Nacional Republicana [GNR], 1997).

Contudo, torna-se necessário adquirir um novo tipo de mentalidade no policiamento, que posicione o patrulheiro numa acção de patrulhamento estrategicamente dirigida ou direccionada a certos pontos-chave como:

- Zonas que apresentem elevados graus de criminalidade, grande índice de desemprego ou más condições de vida dos seus habitantes;
- Bairros cuja comunidade seja maioritariamente formada por minorias étnicas, ou esteja em situação de risco ou marginalidade social;
- Certos problemas como a toxicodependência, o trânsito, ou as incivildades como o ruído ou os graffities;
- Grupos específicos, como os idosos os estudantes, ou as crianças;
- Factores e situações que, pontualmente, produzam nas populações receios ou insegurança. (MAI, 1999).

Com estas mudanças de mentalidade há uma descentralização e responsabilização dos recursos humanos na gestão do seu tempo, o que implica a criação de um novo tipo de monitorização da acção dos patrulheiros de proximidade, baseando-se em controlos informais externos, relatórios periódicos e detalhados que possibilitem redefinir a acção do patrulheiro de proximidade para toda a semana seguinte, avaliação concreta do seu desempenho individual e o estudo científico, cruzado, de todo o manancial de informação recolhido pelo agente durante o “patrulhamento de proximidade”. (MAI, 1999).

O patrulheiro de proximidade responsabiliza-se, assim, não só perante a hierarquia superior, mas igualmente perante a comunidade onde diariamente se insere. (MAI, 1999).

2.2.3.1.3.2 Visibilidade social

A visibilidade social é a metodologia que as Forças de Segurança usam para colmatar a necessidade que têm de interagir com as comunidades locais. Assim, devem desenvolver-se acções que, ou partem da iniciativa das instituições policiais ou são estas os principais protagonistas. Com o intuito de reforçarem os laços entre elas e a comunidade para promoverem a imagem das Forças de Segurança. Este tipo de acções devem ser contextualizadas, ou seja, devem ser adaptadas às especificidades, características e necessidades das comunidades locais, podendo, por isso mesmo, assumir várias formas, como por exemplo:

- Envio de cartas dirigidas ao cidadão, para esclarecimento de contactos ou informações úteis;
- Organização ou participação em exposições, conferências ou seminários, sobre assuntos que, de qualquer forma, tenham a ver com a segurança;
- Realização de programas de informação dirigidos a públicos diferenciados;
- Promoção de visitas programadas às unidades;
- Participação em acções de formação para a cidadania em contextos escolares. (MAI, 1999)

Com isto proporciona-se, uma oportunidade de, em parceria com outras instituições locais ou regionais, contribuir de um modo efectivo para o debate sobre o planeamento urbanístico, iluminação nas vias públicas, educação cívica das comunidades, actividades de lazer social, entre outras áreas, onde as Forças de Segurança deverão dar o seu valioso contributo na obtenção de melhores condições de segurança e qualidade de vida às comunidades. (MAI, 1999).

2.2.3.1.4 Intervenção legal como factor de prevenção

As situações em que as Forças de Segurança se vêem forçadas ou na obrigação de utilizar métodos coercivos são, geralmente, as situações mais criticadas pela negativa. Isto por encerrarem em si maiores probabilidades de risco para todos os seus intervenientes, quer sejam da comunidade, ou patrulheiros. Podendo ainda ser isso mais facilmente objecto de uma maior mediatização pelos meios de comunicação. (MAI, 1999).

Ainda assim, muitas Forças de Segurança referenciam a utilização do método coercivo como a verdadeira função policial, em que se devem direccionar os seus esforços, tendo

como base estatísticas, suportadas, no facto de que os resultados deste tipo de actuação é mais facilmente mensurável. Mas queira-se ou não as acções coercivas são sempre uma forma de prevenção, ainda que coactiva. O carácter coercivo da acção das Forças de Segurança, embora seja apontado como coadjuvante daquele que o antecede e que se considera voltado para a vertente prevencional do crime, pode contribuir para a sua diminuição, actuando como acção inibidora sobre potenciais perturbadores da paz social. (MAI, 1999).

2.2.3.2 Qualidade total do serviço

Hoje em dia, a comunidade já não aceita que uma Força de Segurança aja de maneira autoritária e arrogante, mas exigem, sim, que esteja disponível e que preste os serviços que lhe compete, pois cada vez mais são conhecedores dos seus direitos. (MAI, 1999).

E é neste contexto que a qualidade surge como um conceito essencial e determinante no “policiamento de proximidade”, como se pode ver pela formulação de um “Código Deontológico do Serviço Policial”¹⁷ em que as Forças de Segurança vão ter especial preocupação no relacionamento com a comunidade de maneira a garantir o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos mesmos, como refere a “Carta de Defesa dos Direitos dos Cidadãos na Administração da Justiça”¹⁸. (MAI, 1999).

Assim, as Forças de Segurança devem ter em atenção certos aspectos para que a qualidade do serviço prestado melhore. Aspectos como o acolhimento e atendimento ao público, a acessibilidade e facilitação da vida dos utentes com a localização bem visível ou sinalizada do DTer, por exemplo, a comunicação técnico-administrativo da natureza externa, e princípios como a gestão participativa, a motivação dos profissionais e a comunicação dinâmica. (MAI, 1999).

2.2.3.2.1 Acolhimento e atendimento ao público

O relacionamento directo do patrulheiro da GNR com a comunidade é, sem dúvida, um dos factores mais importantes na construção da imagem e juízo de valor que o cidadão comum pode fazer da instituição. (MAI, 1999).

Normas simples que se podem adoptar para o melhoramento do relacionamento e do atendimento ao público são, por exemplo:

¹⁷ “Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002, regista a adopção deste código pelos profissionais da PSP e da GNR, comete ao Ministério da Administração Interna a divulgação pública deste código e determina a previsão de um módulo de formação em matéria de deontologia do serviço policial, com carácter obrigatório, nos currículos dos cursos de formação, prática e superior, ministrados aos agentes das forças de segurança.” Ver <http://www.gnr.pt/portal/internet/legislacao/pdf/CDeontServPolicial.pdf> site acedido em 15 de Junho de 2008.

¹⁸ Ver http://www.ajb.pt/images/carta_de_defesa_dos_direitos_dos_cidadaos_na_administracao_da_justica.pdf Acedido em 6 de Julho de 2008.

- Espaços de acolhimento cuidadosamente organizados em locais agradáveis aos cidadãos, fazendo com que se sintam confortáveis e tranquilos.
- Serem disponibilizados números, contactos de outras organizações, bem como documentos que lhe possam ser fornecidos. (MAI, 1999).

2.2.3.2.2 Acessibilidade e facilitação da vida dos utentes

A procura e a utilização pela comunidade dos serviços das Forças de Segurança são, muitas vezes, dificultadas pela falta de conhecimento da localização espacial dos PTer e DTer, pois muitas das vezes não há qualquer tipo de indicações, e existem poucas e desmotivadoras condições de acesso, no caso de alguém com deficiência que não possa subir escadas. (MAI, 1999).

2.2.3.2.3 Comunicação técnico-administrativa

Este tipo de comunicação faz-se pela aproximação das Forças de Segurança à comunidade por intermédio de uma informação clara sobre os seus direitos, os serviços que podem obter e os procedimentos que devem adoptar, quando confrontados com uma situação de crime ou incivilidade. Para isso as Forças de Segurança podem distribuir folhetos informativos, divulgando medidas de prevenção e contactos. Podem também explicar a um indivíduo que denuncia um crime ou uma incivilidade, da importância de ter vindo fazer a denúncia, ou elucidar esse mesmo indivíduo dos seus direitos, no caso de crime, entre outros. (MAI, 1999).

2.2.4 É pacífica a utilização deste método de policiamento?

Questiona-se assim se o sistema de “policiamento de proximidade” cumpre bem o seu papel na prevenção da criminalidade, e se a sua utilização pode dar azo ou não a resultados, atitudes ou procedimentos não desejados¹⁹ e contrários à lei. Isto quer por parte das Forças de Segurança, quer por parte da comunidade que usufrui dessa mesma segurança. Esta dúvida tem feito alguns teóricos questionarem-se se o policiamento de proximidade/comunitário é perfeito ou se tem falhas, ou se ainda não foi correctamente implementado. Pois vemos que nas Forças de Segurança Portuguesas, desde a sua implementação, que as alterações no modo de acção e ao nível estrutural não foram assim tão notórias como seria de esperar, ao longo destes últimos anos.

Passando agora ao cerne da questão colocada, um dos problemas mais apontados pelos teóricos a este tipo de policiamento é sem dúvida o da sua utilização em paralelo com o policiamento reactivo. Contudo, foi referido pelo MAI (1999) que estes dois tipos de

¹⁹ Ver ANEXO K

policimento se devem complementar e não utilizar separadamente. Mas não se pode deixar de pensar em situações específicas e práticas como a situação de um patrulheiro que trabalha para ganhar a confiança da comunidade de uma certa ZA, e que no dia a seguir está a autuá-los por uma qualquer infracção, ou seja, está a agir coercivamente, o que cria aqui uma certa contradição, porque o amigo com o qual se tem confiança, não vai autuar (Oliveira apud Gomes, 2006). Ou a situação de termos dois tipos de guardas, afectos a dois tipos de policiamento diferentes, o que pode criar mal-estar e instabilidade não já no relacionamento com a comunidade mas no seio das Forças de Segurança, pois uns são identificados como os bons, enquanto outros só actuam aquando da denúncia, ou na reacção a qualquer distúrbio ou incivilidade, impondo a lei, sendo identificados como os maus. (Costa apud Ziembo-vogl e Woods, 1996)

Também pode existir o problema do serviço de proximidade ao não ser tão visível, ou seja, de não ter tantos resultados imediatos e mensuráveis como o policiamento reactivo que actua no acto do crime ou da incivilidade, podendo descredibilizar o patrulheiro que aparentemente não mostra serviço, embora o faça. O que leva a que não haja qualquer tipo de reconhecimento pelo seu empenho, levando os patrulheiros ao desânimo. (Costa apud Ziembo-vogl e Woods, 1996)

Mas, não só nas Forças de Segurança pode criar problemas este tipo de policiamento, como pode também no relacionamento com a comunidade. Porque com a implementação de um patrulhamento demasiadamente próximo, a comunidade pode vir a perder aquele respeito que a própria distância dá, e comecem a interpretar o patrulheiro em demasia como amigo em detrimento da interpretação do mesmo, como agente de autoridade que actua na defesa dos direitos, liberdades e garantias da comunidade, mas que também impõe a lei e a ordem pública quando quebra. Não só neste sentido, poderia haver problemas vindos da comunidade, já para não falar no lóbi da corrupção. Porque ao estar mais perto da população também se está mais perto do criminoso e da tentação de o acompanhar ou de permitir um qualquer procedimento menos legal que tome um indivíduo. Não será mais aprofundado este assunto porque não é este o propósito deste trabalho, mas fica aqui uma chamada de atenção para os problemas que podem advir de um policiamento deste tipo.

2.2.5 Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

Este Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) apareceu com o intuito de aumentar a eficácia das Forças de Segurança no combate à criminalidade, fazendo face à insegurança das comunidades.

Embora o anúncio pelo XIII Governo Constitucional de uma implementação futura de um novo tipo de policiamento se tenha feito em 1995, foi em 1999, nas Grandes Opções do Plano e nos Programas do Governo que o mesmo implementou uma política de polícia de

proximidade que iria criar laços entre as comunidades e as Forças de Segurança. (Damas, 2004). Assim este PIPP estruturou-se em quatro eixos, compostos de um conjunto de medidas e acções, com o propósito de desenvolver um novo tipo de policiamento. (Damas, 2004)

- No primeiro eixo o programa estava orientado para a “Formação Específica Dirigida às Forças de Segurança” prevendo duas medidas principais, que eram a realização de um programa de sensibilização e a formação das Forças de Segurança. Neste sentido eram levadas a cabo várias acções de sensibilização e formação dos agentes policiais, ao nível de todos os escalões hierárquicos das Forças de Segurança. (Damas, 2004)
- No segundo eixo, o programa estava orientado para as “acções de Sensibilização, Informação e Apoio à População”, que tinha por objectivo a promoção do conceito de “policiamento de proximidade” e a sensibilização das comunidades para uma cultura de segurança mais participativa, envolvendo autarquias e instituições. (Damas, 2004)
- No terceiro eixo o programa estava orientado para os “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade”, em que se criaram e estabeleceram programas orientados para a resolução de problemas. Programas como, “Escola Segura”, “Comércio Seguro”, “Projecto Inovar” e “Apoio 65 – Idosos em Segurança”. (Damas, 2004)
- No quarto eixo, o programa estava orientado para o apoio à implementação das Polícias Municipais, que não iremos aprofundar neste trabalho, por não ter interesse para o mesmo.

2.2.6 Que programas de Policiamento de Proximidade estão a ser utilizados pela GNR no terreno?

Chegados a este ponto e depois de vista a matéria relacionada com a base do problema, verifica-se então que o patrulhamento apeado deverá ser dirigido aos problemas específicos que se encontram em cada localidade, através, por exemplo, da criação de equipas especialmente destacadas ou direccionadas, planeando estratégias e programas segundo critérios de eficiência e eficácia específicos, como por exemplo: (MAI, 1999).

2.2.6.1 Programa “Escola Segura”

O programa Escola Segura é um programa que está direccionado para a população escolar, visando a melhoria das suas condições de segurança no interior e nas imediações das escolas, bem como nos trajectos habitualmente utilizados pelos alunos. Baseado num aumento de visibilidade por parte das Forças de Segurança com a utilização de viaturas

específicas para o efeito, proporcionando uma maior proximidade dos patrulheiros à comunidade escolar. (Damas, 2004)

2.2.6.2 Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”

Este programa direcciona-se para as comunidades mais idosas da nossa sociedade, visando a melhoria das suas condições de segurança, tomando para isso várias medidas, como a recolha pormenorizada de informação para uma melhor caracterização da criminalidade contra idosos e situações ou locais de risco, a divulgação de conselhos de segurança, a instalação de telefones em residências de idosos, entre outras. (Damas, 2004)

2.2.6.3 Programa “Comércio Seguro”

O programa “Comércio Seguro” tem como objectivo conferir maior segurança às actividades comerciais sediadas em determinadas áreas. Contudo, apresenta algumas especificidades, como por exemplo a sua aplicação só poder ter lugar quando exista interesse manifesto das estruturas representativas dos comerciantes locais. Tendo sempre, no caso da implementação local do programa, que celebrar-se um protocolo entre a força policial responsável pela área e as estruturas representativas de comerciantes. (Damas, 2004)

2.2.6.4 Outros programas especiais de policiamento

Os programas especiais que até agora foram referidos não são os únicos aos quais a GNR está afectada no seu patrulhamento diário, ou seja, estes apenas são aqueles aos quais tem sido dada maior importância quer pelos meios de comunicação quer pelas próprias Forças de Segurança. Assim sendo, existe uma vasta panóplia de programas especiais de “policiamento de proximidade”, nos quais a GNR se encontra em parceria com as Restantes Forças de Segurança, como é o caso do Programa “Abastecimento Seguro”, do Programa “Farmácia Segura”, “Táxi Seguro”, “Programa Igreja Segura”, “Transporte Seguro de Tabaco”, “Núcleo Mulher Menor (NMUME)”, “SOS Azulejo” e actualmente com maior incidência o “Verão Seguro” e o “Programa Floresta Segura”.

2.3 RESUMO

Em Portugal temos presentes dois tipos de policiamento aparentemente semelhantes, mas que na sua génese e relação com a comunidade são muito diferentes. São eles, o “policiamento de proximidade” e o “policiamento comunitário”. Neste trabalho irá abordar-se apenas o “policiamento de proximidade”. Sendo assumido neste TIA como **uma filosofia de actuação policial que privilegia a intervenção próxima à comunidade, adaptando a**

organização aos cidadãos, na procura de legitimar as reformas policiais pretendidas, para a prevenção da criminalidade. Este tipo de policiamento desenvolve-se segundo duas vertentes. A prevenção e a qualidade do serviço, que são aplicadas por intermédio de várias técnicas, como a vigilância e a informação no caso da prevenção e o acolhimento e atendimento ao público no caso da qualidade do serviço. Contudo este tipo de policiamento é desenvolvido e aplicado em Portugal pela GNR por intermédio de vários programas especiais, como são o “Comércio Seguro”, o programa “Escola Segura” entre outros.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA

A utilização de um método de observação indirecta, ou seja, por inquéritos, no caso deste TIA, permitiu abordar mais opiniões e experiências dos indivíduos seleccionados, do que aquelas que seriam possíveis de abordar com um método de observação directa. Contudo este método restringiu este TIA por outro lado à sua dependência total da linguagem, disponibilizando o que o inquirido pode ou quis dizer acerca do assunto perguntado.

Neste capítulo ir-se-á aprofundar a pergunta de partida, bem como os métodos, as técnicas utilizadas e as hipóteses de partida que, segundo Bruno Deshadies, (1992, p, 270) “..., *derivam ou da observação (caso da hipótese indutiva) ou de uma teoria capaz de estabelecer previsões (caso da hipótese dedutiva)*” que é o caso. Devendo sempre estas hipóteses de partida ser formuladas antes do início da pesquisa.

Como foi visto no início, o principal objectivo deste TIA é verificar se o “policiamento de proximidade” utilizado diariamente pela GNR por intermédio do patrulheiro, é eficaz na prevenção da criminalidade. Embora o trabalho efectuado até ao presente capítulo tenha sido baseado principalmente em pesquisa bibliográfica, e entrevistas exploratórias feitas a dois comandantes de DTer, enriquecendo, complementando e redireccionando segundo Quivy & Campenhoudt (2005, p.69) as leituras feitas. Contribuindo para a descoberta de aspectos que o autor não tinha tido em conta, apoiando o encaminhamento da investigação, restringindo ou alargando a amplitude do estudo. Nos capítulos seguintes ir-se-ão observar outras técnicas de recolha de dados e informação utilizadas, que irão ser descritas de seguida.

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Um problema que surgiu nesta fase do trabalho foi a impossibilidade de trabalhar o problema inicial ao nível de todo o Território Nacional. Assim teve que se restringir a área de análise onde se iriam aplicar os inquéritos aos diferentes universos a estudar. Neste caso utilizou-se um **Critério por Conveniência**²⁰, ou seja, escolheu-se para análise o DTer de Vila Franca de Xira. Contudo, e não ao acaso, escolheu-se este DTer quer pelos motivos já

²⁰ O critério por conveniência é utilizado na selecção de casos a estudar, isto pelos mesmos serem de fácil acesso em determinadas condições, ou seja este critério é utilizado para reduzir o esforço, porque muitas das vezes pode a única maneira de efectuar o estudo devido ao limite de tempo, recursos ou pessoas. (Flick apud Patton, 2005, p. 71)

referidos anteriormente no capítulo 1, mas também pelo mesmo pertencer à Região de Lisboa segundo o 2º nível de Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS II)²¹, que, conforme referem vários estudos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE)²², é uma região que tem das mais altas percentagens de criminalidade a nível nacional. Torna-se assim numa mais-valia, pois não teria interesse analisar uma zona em que o índice de criminalidade fosse reduzido. Pois aí os problemas seriam em menor percentagem, dificultando a análise da utilização do tipo de policiamento em estudo. Por outro lado, a proximidade do DTer com Lisboa facilitou a recolha de informação e material. Por este estar perto do local que foi indicado para a elaboração do TIA, conseguindo deste modo fazer uma aplicação dos métodos de pesquisa de uma maneira mais cuidada e rigorosa.

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS

3.3.1 Local

O TIA teve a duração de cerca de 8 semanas e decorreu na Escola da Guarda, em Queluz, entre os dias 27 de Maio e o dia 29 de Julho.

3.3.2 Inquérito por Entrevista

Quivy e Campenhoudt (2003) referem que a entrevista é uma verdadeira troca, durante a qual o entrevistado exprime as suas preocupações em relação a um acontecimento, a uma situação, dando as suas interpretações ou opiniões em relação ao tema. Isto para que posteriormente se possa analisar o sentido que os inquiridos deram ou quiseram dar das suas práticas e dos acontecimentos com os quais se viram e vêem confrontados no dia-a-dia. Assim sendo, este tipo de inquérito que foi aplicado por **entrevista semi-directiva**²³, permitiu por **observação indirecta**²⁴ obter dados sobre a utilização do “policiamento de proximidade” como meio de prevenção da criminalidade ao nível da instituição GNR no DTer de Vila Franca de Xira. Tendo por base o guião que se encontra em apêndice²⁵. No referido guião encontram-se previstas as questões a colocar e os objectivos pretendidos.

Desta forma a informação pretendida, e a conseguida, na **análise de conteúdo**²⁶, poderá ser feita de uma forma mais segura e fiável. O Inquérito por Entrevista realizou-se no dia 2

²¹ Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_de_Lisboa Acedido em 6 de Junho de 2008.

²² Ver ANEXO G

²³ Segundo Ghiglione e Matalon (2001) também é designada de **clínica** ou **estruturada**.

²⁴ “Na Observação Indirecta o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada.” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 164).

²⁵ Ver APÊNDICE A

²⁶ “A análise de conteúdo é a técnica privilegiada para tratar neste caso o material recolhido. Ela poderá mostrar, por exemplo, a importância relativa atribuída pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida economia, a vida profissional, a vida religiosa, etc.” (Silva, & Pinto, 1999, p. 105)

de Julho de 2008, tendo o critério da escolha do inquirido recaído sobre o Chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Programas Especiais da GNR, o Major Manuel Carlos Afonso.

3.3.3 Inquérito por Questionário

Quivy e Campenhoudt (2003) referem que o inquérito por questionário é geralmente colocado a um conjunto de inquiridos, que são possivelmente representativos de uma comunidade. Esse mesmo inquérito contém uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar dos inquiridos, ou seja recorre-se à utilização do inquérito quando a observação directa de certos comportamentos não é possível, pois pressupõe uma intimidade frequente, que mesmo que fosse possível, levaria demasiado tempo e seria demasiado dispendiosa. Assim, neste caso resta ao autor conformar-se com as respostas que os inquiridos quiserem dar às questões, ou seja, o inquérito tornando-se um substituto a uma observação muito difícil ou impossível. Contudo, ao se utilizarem **inquéritos por questionário** procurou-se neste TIA saber a opinião quer da comunidade local quer dos patrulheiros do DTer de Vila Franca de Xira e seus PTer. Isto no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”, à sua utilização e à relação entre os patrulheiros e a comunidade. A um certo ponto constatou-se um pormenor importante que era o de ao se irem inquirir civis, os mesmos se poderiam recusar a responder aos inquéritos, pelos mais variados motivos. Assim e apoiando-nos num estudo do INE sobre as “sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação²⁷” e no intuito de tentar minimizar os efeitos de um problema deste género, teve-se a preocupação de, na elaboração e na aplicação dos inquéritos à população local, apresentar um inquérito apelativo, curto, anónimo, confidencial e de resposta rápida. Estando o autor sempre presente no local, explicando a cada momento do que se tratava, motivando o inquirido a responder. Assim os inquéritos foram todos aplicados por **administração directa**, que segundo Quivy e Campenhoudt (2003) pressupõe o preenchimento pelo próprio inquirido.

No que diz respeito à **forma** das questões, os dois inquéritos são constituídos por **9 questões fechadas** e **1 questão aberta**, permitindo que o inquirido manifeste a sua opinião livremente. No que concerne ao **conteúdo**, estas questões encontram-se estruturadas segundo uma ordem de abordagem. Ou seja, em blocos de questões, em que o **1º bloco** corresponde a perguntas relacionadas com a utilização do patrulhamento, o **2º bloco** com questões sobre a comunicação entre o patrulheiro e a comunidade, o **3º bloco** com questões sobre o modelo de “policiamento de proximidade”, e por fim o **4º bloco** com uma questão aberta sobre alterações ao modelo actual de “policiamento de proximidade”.

²⁷Ver ANEXO M

De reparar que esta estrutura é comum aos dois inquéritos por questionário feitos quer aos patrulheiros quer à comunidade residente na ZA do DTer de Vila Franca de Xira e seus PTer. Nos inquéritos por questionário foi adoptado um número ímpar de respostas possíveis na maior parte das questões, utilizando-se um método de **escala de atitudes**. Em que se mediram as atitudes e opiniões por intermédio do grau de desacordo ou acordo com a pergunta apresentada, conjugada com a **escala de Likert**²⁸. Discordo Totalmente; Discordo; Não Tenho Opinião; Concordo; Concordo Totalmente. Assim foi escolhida esta escala, porque, segundo Hill e Hill (2005), o número ímpar de respostas alternativas é utilizado quando o questionário é anónimo e quando o mesmo não contém perguntas sensíveis²⁹, que é o caso. No caso de se ter optado por incluir nas respostas possíveis a alternativa, Não Tenho Opinião, foi no intuito de como refere Silva & Pinto (1999, p. 183) de se obterem opiniões fundamentadas dos indivíduos inquiridos, fornecendo-lhes como filtro uma resposta intermédia.

Antes de ser aplicado às amostras, os questionários foram apresentados quer a patrulheiros no activo quer a indivíduos da população. Que com as suas opiniões contribuíram para que a estrutura e a forma de algumas questões fosse modificada e melhorada em relação às inicialmente propostas.

3.3.3.1 Universo e Amostra

Em relação ao inquérito, existem duas tarefas primárias a executar, segundo Ghiglione e Matalon (2001). A primeira é definir o universo ou a população a estudar, e a segunda será escolher a população que irá ser alvo do inquérito, mais conhecida como amostra que irá ser representativa desse mesmo universo.

No caso deste trabalho, existem 2 universos distintos que irão ser alvo dos inquéritos por questionário. De um lado os patrulheiros da GNR afectos ao “policiamento de proximidade”, ou seja, ao patrulhamento do DTer e dos PTer correspondentes, e por outro lado a própria comunidade, a quem directamente visa o “policiamento de proximidade”. Assim tem-se o universo dos patrulheiros do DTer de Vila Franca de Xira e dos PTer de Castanheira do Ribatejo, Arruda dos Vinhos, Vialonga, S. João Tojal e Bucelas, afectos ao patrulhamento composto por 125 militares³⁰. E o universo da comunidade local residente na ZA do DTer de Vila Franca de Xira e seus PTer, composta pelas freguesias de Castanheira do Ribatejo, Cachoeiras, S. João dos Montes, Calhandriz, Vialonga, Arruda dos Vinhos, Santiago dos Velhos, Cardosas, Arranhó, São Julião do Tojal, São Antão do Tojal, Bucelas, Fanhões e

²⁸ Consiste na apresentação de uma serie de respostas certas em que o inquirido tem de escolher uma das cinco posições apresentadas, (concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente). (Carmo & Ferreira, 1998, p. 143)

²⁹ Entende-se por perguntas sensíveis aquelas que tratam de assuntos potencialmente embaraçosos. (Hill & Hill, 2005, p. 126).

³⁰ Ver APÊNDICE C

Souselas. Que são os directos usufruidores do policiamento de proximidade, sendo este universo a estudar composto por 57 550³¹ pessoas.

Com o tamanho dos dois universos a inquirir, tiveram que ser escolhidas duas amostras representativas dos mesmos, pois seria impossível estudar o universo na sua totalidade. No caso do universo dos patrulheiros irá ser representado por 25 militares, ou seja, 31% do universo total de 125. Os patrulheiros foram escolhidos aleatoriamente por sorteio tendo a cada um sido atribuído um número numa lista fornecida pelo Cmdt DTer. Conseguindo-se assim o que Ghigliione e Matalon (2001) dão, tanta importância na escolha de uma amostra representativa, que é o de todos os elementos do universo a estudar estarem em pé de igualdade aquando da sua escolha. Ou seja, que a percentagem de um indivíduo de todo o universo, ser seleccionado seja exactamente igual à de todos os outros serem escolhidos. No caso da escolha da amostra representativa do universo da comunidade residente na ZA do DTer de Vila Franca de Xira foram inquiridas 70 pessoas. Escolhidas segundo uma amostragem de conveniência, em que se inquiriram 5 pessoas em cada uma das 14 freguesias. Visaram-se preferencialmente estabelecimentos comerciais, farmácias e postos de abastecimento, pois são estes os principais pontos visados num patrulhamento de proximidade, logo as pessoas ideais para inquirir sobre o assunto. Contudo de todos os postos de combustível, estabelecimentos comerciais, farmácias e transeuntes, os que foram escolhidos desses grupos-alvo como refere Carmo & Ferreira (1998), foram os que estavam disponíveis ou que se deram como voluntários no dia em que se procedeu à implementação dos inquéritos. Tendo em conta, claro, que neste caso os resultados não poderão ser generalizados para toda a população que se pretendia estudar, mas dos quais se poderão obter resultados relevantes, mantendo sempre as devidas cautelas em relação aos mesmos. Ainda assim e tendo em conta que a amostra dos dois universos não é representativa do resto do território nacional, não se poderá, como é óbvio, extrapolar as conclusões para o resto do país com confiança, pois aqui está-se perante um estudo de caso.

A versão final dos questionários foi aplicada entre os dias 23 de Junho e 4 de Julho de 2008. Estes inquéritos foram entregues preenchidos e devolvidos pessoalmente. Assim conseguiu-se explicar melhor, as explicações e instruções de preenchimento, conseguindo-se que todos os inquéritos fossem preenchidos e devolvidos, o que resulta em 100% de taxa de retorno. Este estudo teve como objectivo o levantamento das amostras escolhidas e a consequente validação das hipóteses levantadas, no início do TIA. Para testar as hipóteses apresentadas foi aplicado um conjunto de análises estatísticas. A análise de dados do tipo quantitativo foi feita com base no programa SPSS® versão 15.0 para Windows³² e a execução dos gráficos realizada no programa Microsoft Excel®.

³¹ As 57 550 pessoas correspondem ao somatório dos habitantes das 14 freguesias policiadas pelo DTer de Vila Franca de Xira. Ver www.wikipedia.org/ Acedido em 09 de Janeiro de 2008.

³² Ver APÊNDICE E

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo apenas irão ser apresentados os resultados com interesse directo para as verificações das hipóteses. Posteriormente ir-se-á fazer uma análise dos mesmos, com a comparação directa entre eles, e também com o explanado na revisão bibliográfica. No final irá ser apresentada uma reflexão dos efeitos de todo este TIA quer da sua parte teórica quer da sua parte prática.

4.1 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1.1 Análise Qualitativa Descritiva dos Dados do Inquérito por Entrevista

Questões	Entrevistado: Major Manuel Carlos Afonso
1.Implementação, e utilização do “policiamento de proximidade” na GNR.	O “policiamento de proximidade” está implementado na GNR ao nível dos PTER. Pois são as próprias patrulhas desses PTER que põem em prática este tipo de policiamento no dia-a-dia do patrulhamento, ou seja são os que estão directamente ligados à actuação próxima ao cidadão e aos seus problemas.
2.Boas práticas policiais implantadas no serviço da GNR.	Sempre que existir a necessidade de intensificar, direccionar o policiamento, ou implantar um programa especial, o Comando Geral difunde por intermédio de orientações operacionais, mensagens ou inclusive por intermédio de difusão interna da GNR, indicações para os escalões inferiores hierárquicos. Tomando os mesmos igual procedimento de difusão para escalões imediatamente abaixo.
3.As boas praticas policiais que mais se destacam na actuação da GNR.	As que se destacam mais são as directivas operacionais do Comando Geral para a prossecução dos programas especiais e para o reforço em determinadas alturas e locais específicos de meios humanos e de meios materiais. Como é exemplo o caso da prevenção rodoviária na época Natalícia.
4.Tipo de indicações dadas ao dispositivo para o “policiamento de	Indicações relacionadas com a utilização por exemplo de um novo programa especial de policiamento, que o Comando Geral queira ver implementado no terreno. Dando para isso directivas de como onde e quais os objectivos que se pretendem com esse programa. Mas

Proximidade”.	também directivas para o reforço do patrulhamento em determinadas zonas e épocas específicas.
5. Projectos desenvolvidos na GNR ao nível do “policiamento de proximidade”.	Ao nível de desenvolver projectos no sentido da criação de projectos originais ou novos para a GNR a resposta é não. Mas no caso de trazer para a GNR projectos já em utilização em outros países ou mesmo no nosso país mas por outras Forças de Segurança, aí nesse caso podemos dizer que sim. Isto porque a GNR torna-se parceira e colabora na maior parte deles.
6. Programas de “policiamento e proximidade” implantados na GNR com mais limitações, e com mais resultados.	O que tem demonstrado mais resultados é sem dúvida o programa “Escola Segura”. Talvez fruto de ser o programa de “policiamento de proximidade” que está há mais tempo implantado na GNR, tendo meios humanos e materiais afectos em exclusividade, enquanto que os outros programas de “policiamento de proximidade” não os têm. As limitações dos restantes programas são sem dúvida a falta de meios e efectivos em exclusividade afectos a esses programas especiais de “policiamento de proximidade”. Vê-se que a grande maioria dos PTER não tem efectivos suficientes que possam dispensar em exclusividade patrulheiros para esse tipo de programas.
7. Problemas na implementação do “policiamento de proximidade” na GNR.	A falta de efectivos nos PTER é o maior problema apontado na implementação do “policiamento de proximidade” porque sem eles não há quem os ponha em prática.
8. O cumprimento das directivas ministeriais no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”.	Não se dá cumprimento porque elas não existem. Por outro lado, a GNR toma parte sempre que existam orientações do Governo no sentido da implementação de algum programa especial de “policiamento de proximidade”, entrando nele como parceiro, coadjuvando o seu desenvolvimento e aplicação no terreno.
9. Tendências futuras para o policiamento em Portugal.	Caminha-se para um partilhar da responsabilidade da segurança. Ou seja, com a comunidade a coadjuvar as Forças de Segurança na prossecução da segurança, no combate à criminalidade e incividades. Deixando para trás o pensamento de que a responsabilidade da segurança é da exclusiva competência das Forças de Segurança.

Quadro 1 – Análise qualitativa descritiva dos dados do inquérito por entrevista.

4.1.2 Análise Quantitativa dos Dados dos Inquéritos por Questionário

4.1.2.1 Inquérito por Questionário 1 - Feito à comunidade residente na zona de acção do DTer de Vila Franca de Xira

Gráfico 1- Questão nº 1: Acha que existem suficientes militares da GNR a patrulhar na sua área de residência?

Nesta questão 65% dos inquiridos afirmam concordar com a quantidade de militares da GNR que há a patrulhar a sua área de residência, em que 11% concordam totalmente. Apenas 29% discordam, e 6% afirmaram não ter opinião no assunto.

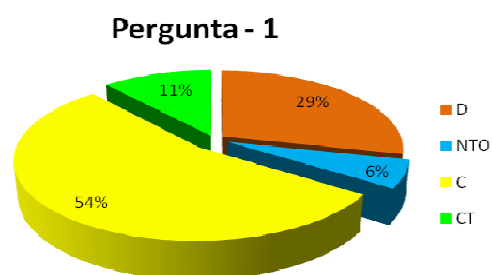


Gráfico 2- Questão nº 2: Acha que a simples presença de um militar da GNR num determinado local previne que aconteça aí algum crime?

A esmagadora maioria 97%, dos inquiridos, concorda que a simples presença de um militar da GNR num determinado local previne a criminalidade, havendo 46% que concordam totalmente. Apenas 3% responderam discordar.

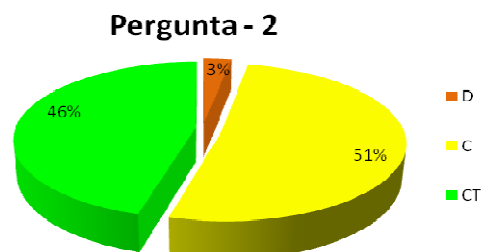


Gráfico 3- Questão nº 3: Acha que o patrulhamento dos militares da GNR local é eficaz?

Dos inquiridos, 72% acha que o patrulhamento dos militares da GNR local é eficaz, havendo 6% que concordam totalmente. Apenas 8% discorda. Contudo temos uma taxa elevada de inquiridos, 20% que não têm opinião.

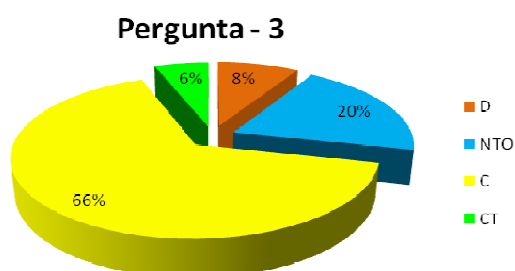


Gráfico 4- Questão nº 4: Acha que há dificuldades de um cidadão comunicar com uma patrulha da GNR?

Neste gráfico vemos que 66% respondeu que não acha que os cidadãos tenham dificuldade em comunicar com uma patrulha da GNR, havendo apenas 20% que opinaram de diferente forma. Contudo 14% dos inquiridos responderam não ter opinião.

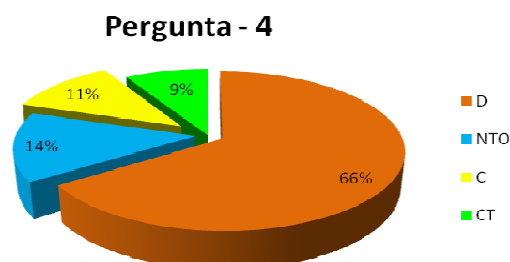


Gráfico 5- Questão nº 5: Quando vai falar com um militar da GNR, explicando-lhe algum problema, considera que ele se preocupa em resolver o seu problema?

Nesta questão, 85% respondeu favoravelmente em relação aos militares se preocuparem com a resolução dos seus problemas, havendo apenas 6% que discordaram. Ainda assim 9% responderam não ter opinião.

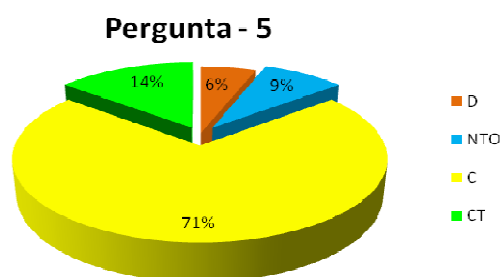


Gráfico 6- Questão nº 6: Conhece algum tipo de programa especial de patrulhamento da GNR para proteger crianças, idosos, o comércio, ou outros?

Verifica-se que 71% dos inquiridos respondeu ter conhecimento de programas especiais da GNR orientados para a protecção de grupos especiais de risco como são os idosos e as crianças. Uma alta percentagem de 26% respondeu não ter opinião e 3% não conhecer nenhum programa especial.

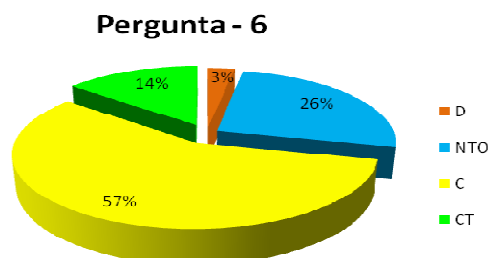


Gráfico 7- Questão nº 7: Sente a GNR local próxima da população?

Neste gráfico verifica-se que a maioria, 78%, respondeu positivamente relativamente ao sentimento de proximidade da GNR à população. Contudo 11% afirmaram discordar e 11% não terem opinião sobre o assunto.

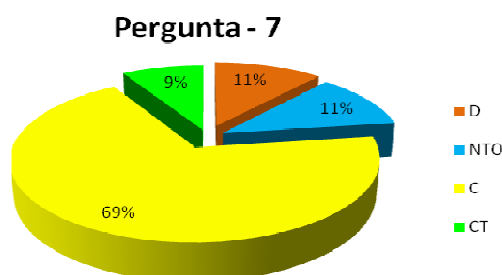


Gráfico 8- Questão nº 8: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

A maioria 77% responde que costuma ver os militares da GNR a patrulhar em viatura. Havendo apenas 17%, como demonstra o gráfico, que afirma que costumam ver a patrulha da GNR a pé, e ainda 6% que afirmam vê-la mais a cavalo.

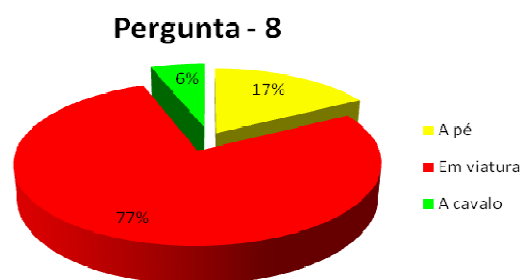
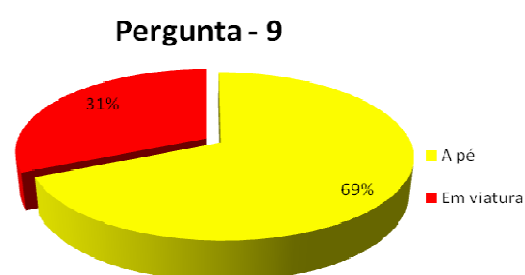


Gráfico 9- Questão nº 9: Na sua opinião qual é o meio de patrulhamento mais eficaz para os militares da GNR?

Nesta questão uma maioria considerável, 69%, afirma que na sua opinião o patrulhamento mais eficaz para os militares da GNR é o apeado, enquanto que 31% afirmam ser o patrulhamento auto.



4.1.2.1.1 Análise da questão nº 10

Na questão nº 10 os habitantes da ZA do DTer de Vila Franca de Xira tiveram a oportunidade de em 3 pontos referir a sua opinião sobre o que acham que a GNR deveria mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população. No quadro seguinte são apresentadas as respostas que surgiram com mais frequência. Todos os inquiridos responderam à questão colocada. Os aspectos mais focados foram os seguintes:

Aspectos que a GNR deveria mudar	Nº de pessoas
Atitude mais pedagógica	21
Atitude preventiva	51
Patrulhamento mais intensivo	38
Dialogar com a população	36
Maior formação para os militares	25
Mais patrulhamento a pé	30

Quadro 2 – Opinião dos habitantes da ZA do DTer de Vila Franca de Xira sobre os aspectos que a GNR deveria mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população

Ainda foram referidos aspectos como, fazer operações com mais frequência (4), haver mais efectivos (2) e a GNR ser mais cooperante com as entidades locais (3).

4.1.2.2 Inquérito por Questionário 2 – Feito a patrulheiros do DTer de Vila Franca de Xira e seus PTER

Gráfico 10- Questão nº 1: Acha que são lançadas diariamente na sua Zona de Acção patrulhas suficientes?

Dos inquiridos 52% concorda com o número de patrulhas lançadas diariamente, havendo 12% que concorda totalmente. Não se podem é ignorar 32% que responderam negativamente e que 16% que discordam totalmente.

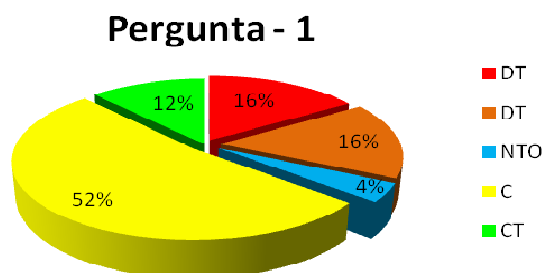


Gráfico 11- Questão nº 2: Acha que o patrulhamento que se faz diariamente na sua Zona de Acção é eficaz?

Nesta questão 52% respondeu afirmativamente sobre a eficácia do patrulhamento diário, mas observa-se que 44% respondeu negativamente, em que 16% afirmaram discordar totalmente, 4% não têm opinião.

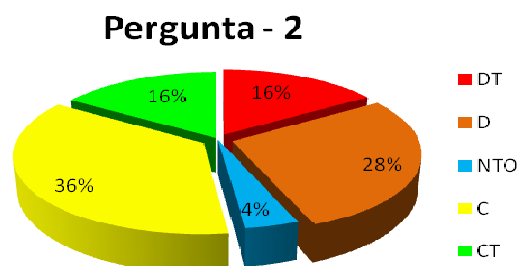


Gráfico 12- Questão nº 3: Costuma contactar com a população enquanto faz a patrulha?

A esmagadora maioria, ou seja, 80% dos inquiridos, respondeu positivamente, em que 44% concordaram totalmente, afirmando contactar com a população durante a patrulha. Contudo 12% afirmaram não o fazer durante a patrulha, e 8% que afirmam não ter opinião sobre o assunto.

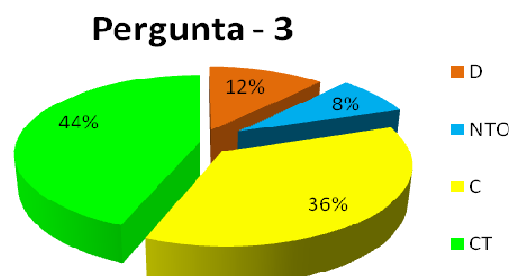


Gráfico 13- Questão nº 4: Acha que as pessoas têm receio de falar com a GNR?

Nesta questão observa-se que 76% dos inquiridos têm a opinião de que as pessoas não têm receio de falar com a GNR. Apenas 8% concorda com a afirmação achando que as pessoas têm medo e 16% responderam não ter opinião no assunto.

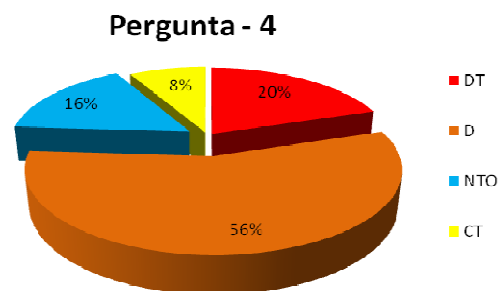


Gráfico 14- Questão nº 5: Acha que as pessoas são cooperantes, fornecendo informações à GNR sobre ocorrência de crimes e incivildades?

Mais de metade dos inquiridos, 52%, afirmam que as pessoas não são cooperantes no fornecimento de informações sobre crimes ou incivildades. Contudo observa-se 44% que concordam com a afirmação e 4% que afirmam não ter opinião.

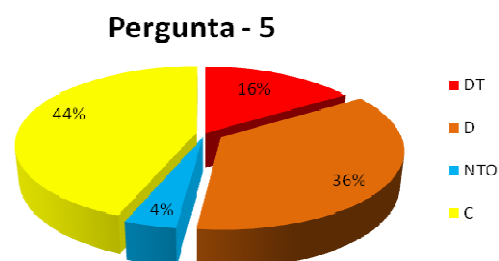


Gráfico 15- Questão nº 6: Tem algum tipo de formação na área do “policiamento de proximidade”?

Nesta questão 40% afirmam não ter algum tipo de formação na área do “policiamento de proximidade”, não sendo esta percentagem muito distante dos 32% que responderam ter. Observa-se sim uma elevada percentagem de 28% de inquiridos que não tem opinião.

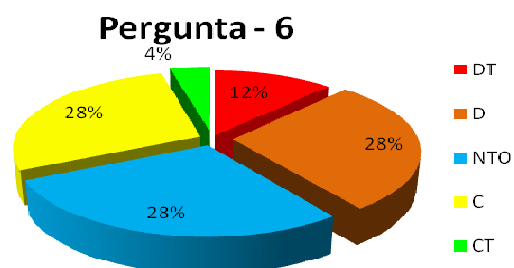


Gráfico 16- Questão nº 7: Acha que o patrulhamento de proximidade implantado actualmente na GNR é um método eficaz na prevenção da criminalidade?

De novo uma elevada percentagem, 24%, de inquiridos não têm opinião. Além disso mais de metade, 56%, afirma que o patrulhamento de proximidade implantado na GNR não é eficaz, contudo 20% afirmam o contrario.

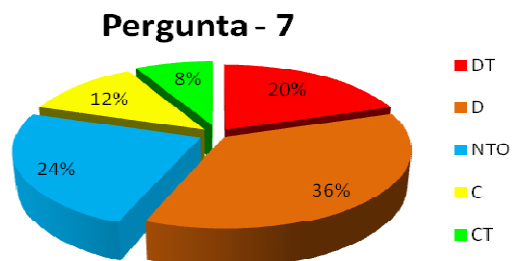


Gráfico 17- Questão nº 8: Que tipo de patrulhamento efectua com mais frequência?

Nesta questão 56% refere que o patrulhamento que efectua com mais frequência é o auto. Contudo 44% respondeu apeado, o que não distancia assim tanto a utilização dos dois tipos de patrulhamento neste DTer e seus PTER.

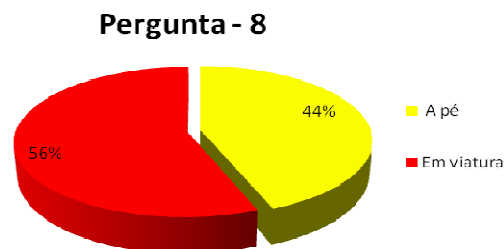
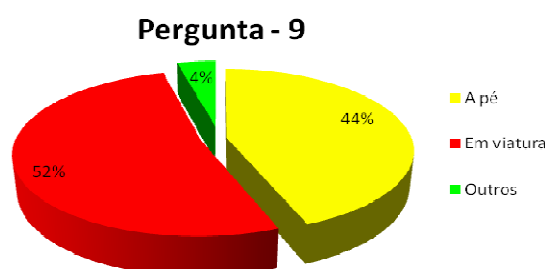


Gráfico 18- Questão nº 9: Que tipo de patrulhamento acha ser o mais eficaz para a prevenção da criminalidade?

Neste gráfico 52% apontam o patrulhamento auto como sendo na sua opinião o patrulhamento mais eficaz para a prevenção da criminalidade. Contudo 44% afirma ser o apeado o mais eficaz e 4% referiram o patrulhamento ciclo.



4.1.2.2.1 Análise da questão nº 10

Na questão nº 10 os militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e respectivos PTER referiram em 3 pontos a sua opinião sobre o que achariam que deveria a GNR mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população. No quadro seguinte são apresentadas as respostas que surgiram com mais frequência. Todos os inquiridos responderam à questão colocada. Os aspectos mais focados foram os seguintes:

Aspectos que a GNR deveria mudar	Nº de militares
Mais efectivos empenhados no patrulhamento	15
Mais meios disponíveis para as patrulhas	14
Mais interacção e mais actividades com a população	13
Mais formação	10
Mais motivação para com os militares	6
Melhores condições e trabalho	6

Quadro 3 – Opinião dos militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e respectivos PTER, sobre os aspectos que a GNR deveria mudar para fazer um patrulhamento mais próximo da população

Ainda foram referidos aspectos como a presença e participação nas patrulhas sempre de um graduado (4), que deveria haver mais acções de formação para a população (4), que deveria haver uma redução da ética militar (2) e que deveria haver menos burocracia (1).

4.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este subcapítulo tem como objectivo proceder à discussão dos resultados obtidos no inquérito por entrevista e nos inquéritos por questionário.

4.2.1 Inquérito por Entrevista

Nesta fase, é de extrema relevância identificar o entrevistado, que neste caso foi o Major Manuel Carlos Afonso, Chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Programas Especiais da GNR, isto para assim serem fundamentadas as suas afirmações.

Através da análise de conteúdo realizada, foi possível constatar que embora não haja entendimento a nível institucional, na utilização dos conceitos de “policiamento de proximidade” e “policiamento comunitário”, a GNR tem estado a acompanhar a evolução dos mesmos. Visto ter uma secção responsável pelos programas especiais de proximidade que na sua nomenclatura tem já a referência ao “policiamento comunitário”.

Contudo, no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”, com esta entrevista constatou-se que o “policiamento de proximidade” está implantado na GNR ao nível dos PTER, como se tinha previsto nas hipóteses iniciais. Por intermédio das suas patrulhas que todos os dias saem à rua na sua respectiva ZA. Ao nível do DTER encontra-se o “policiamento de proximidade” implantado nas patrulhas afectas aos programas especiais. Como é o caso do Núcleo Escola Segura (NES), com meios materiais e humanos afectos em exclusividade.

No que diz respeito às boas práticas policiais, constatou-se que as mesmas estão implantadas, mas apenas por intermédio de orientações e directivas operacionais que emanam do Comando Geral, para intensificar e direccionar o policiamento como é no caso de épocas festivas, no controle das estradas, e no caso de épocas de maior calor como aquela em que nos encontramos actualmente. Ou seja, em épocas de veraneio, nas zonas de maior afluência de população, e também nas florestas devido aos perigos de incêndio. Destas práticas, as que se destacam mais são apenas e só as directivas operacionais e indicações emanadas do Comando Geral, não havendo qualquer outra prática específica ou modelo de actuação específico relacionado com o patrulhamento de proximidade feito pelos patrulheiros no terreno. O que vem demonstrar o contrário daquilo que se supôs nas hipóteses iniciais que seria a de o escalão superior do Comando Geral ter directivas ou indicações específicas para a execução do patrulhamento de proximidade, diário. Assim o entrevistado afirma que as únicas indicações que são dadas ao dispositivo em relação ao “policiamento de proximidade” são as relacionadas com a implementação de um qualquer novo programa especial. Informando os escalões devidos para que os mesmos transmitam a mensagem aos escalões hierarquicamente inferiores, até chegar ao PTER, e ao patrulheiro que as irá pôr em prática. Mas também a difusão de indicações aquando da necessidade de

concentrar efectivos ou meios num determinado local ou zona específica, o que acaba por ser muito pouco.

Agora em relação aos programas especiais de “policiamento de proximidade” desenvolvidos na GNR o entrevistado afirma que, embora tenha a GNR, variadíssimas parcerias com outras Forças de Segurança e outras entidades, a mesma não desenvolve, nem cria propriamente programas de “policiamento de proximidade”. Mas adapta e participa em programas existentes ou que estão a ser desenvolvidos por outras entidades, como é o caso do Governo, acabando inevitavelmente por adaptá-los à sua actuação. Ou seja torna-se parceiro na utilização e desenvolvimento desses mesmos programas.

Relativamente às limitações e resultados dos programas especiais de “policiamento de proximidade” utilizados pela GNR, o entrevistado refere que aqueles que têm mais resultados são o programa NES e os programas que concentram em alturas específicas do ano meios humanos e materiais de todo o dispositivo. Como é o caso do programa “Verão Seguro”, “Floresta Segura” entre outros. Porque em relação aos restantes programas a referida falta de meios humanos na grande parte dos PTER leva a que os mesmos não sejam levados a cabo com a frequência e da maneira apropriada ou desejada.

Para finalizar no que diz respeito às tendências futuras para o policiamento em Portugal, é referido pelo entrevistado que o mesmo deve caminhar para uma repartição de responsabilidades na prossecução da segurança. Tendo a mesma futuramente que ser conseguida por intermédio dos esforços das comunidades e das Forças de Segurança locais.

4.2.2 Inquéritos por Questionário

Na 1ª questão dos dois questionários em que se pede aos inquiridos a opinião sobre a quantidade suficiente ou não de patrulhas lançadas diariamente na sua ZA ou área de residência, os dois universos (patrulheiros e comunidade) têm opiniões positivas e semelhantes quanto ao assunto. Por outro lado ambos os universos inquiridos na pergunta 10 apontam como um dos pontos que o patrulhamento deveria mudar, o aumento do número de patrulhas e efectivos na rua. Como se vê os dois universos apresentam duas respostas diferentes perante o mesmo assunto, não permitindo concluir se o número de patrulhas que diariamente são lançadas na ZA estudada, é suficiente, ou não, na opinião dos dois universos estudados.

Já no que diz respeito à eficácia do patrulhamento efectuado, que corresponde à 3ª questão no caso da comunidade e à 2ª no caso dos patrulheiros, a opinião dos dois universos é unânime, pois ambos concordam na sua maioria que é eficaz o patrulhamento feito na sua ZA. Contudo não se pode afirmar que o “policiamento de proximidade” implantado na GNR o seja. O que vai contra uma das hipóteses iniciais, em que é referido pelo autor que o

“policiamento de proximidade” implantado na GNR é visto como eficaz. Ou seja constata-se que não é assim, porque na 7ª pergunta feita aos patrulheiros, a maioria é da opinião que o patrulhamento de proximidade implantado actualmente na GNR, não é eficaz. Com isto pode-se apenas afirmar que o patrulhamento real feito pelos patrulheiros na ZA estudada é visto como eficaz e não o “policiamento de proximidade” implantado na GNR.

Já nas questões 4 e 5 no caso da comunidade, e 3, 4 e 5 no caso dos patrulheiros, em que se questiona a comunicação entre o Guarda e a comunidade, pode-se retirar dos resultados que a comunidade não tem receio em vir falar com o patrulheiro. No entanto não cooperam no que diz respeito ao fornecimento de informações referentes a um qualquer crime ou incivildade. Embora os patrulheiros afirmem na sua maioria comunicar com a comunidade enquanto patrulham, e a comunidade ache na sua maioria que os mesmos se preocupam em resolver os seus problemas. O que vem confirmar uma das hipóteses iniciais, em que é referido que existe uma boa comunicação entre a GNR e a comunidade local.

Agora, no bloco de questões referentes ao “policiamento de proximidade” propriamente dito, que corresponde às questões 6 no caso da comunidade e 6 e 7 no caso dos patrulheiros, observa-se que a maioria dos patrulheiros afirma não ter qualquer tipo de formação na área do “policiamento de proximidade”. O que mais uma vez vai contra outra das hipóteses iniciais do autor, pois esperava-se que a maior parte, se não todos os patrulheiros tivessem algum tipo de formação na área. Contudo ainda assim a comunidade na sua maioria afirma conhecer alguns programas especiais de policiamento utilizados pela GNR local.

Ao se analisarem as questões 2 e 7, feitas à comunidade pode afirmar-se que a mesma tem um bom sentimento de segurança, ao afirmar na sua maioria sentirem a GNR próxima, e que a mesma ao estar presente num determinado local previne que aconteça aí algum crime. Se isto for relacionado com as opiniões da comunidade que já vimos anteriormente, no que diz respeito à suficiente quantidade de patrulhas e à eficácia do patrulhamento, aos quais a resposta da população foi positiva como já se viu, ainda com mais certeza se pode afirmar que a comunidade goza de um bom sentimento de segurança, proporcionado pela actuação da GNR local.

No que diz respeito à questão 8, nos dois questionários, sobre o tipo de patrulhamento que é mais utilizado, nos dois casos chega-se ao mesmo resultado embora com percentagens diferentes. Ou seja, que o patrulhamento mais usado e que se torna mais visível à comunidade é o em viatura sem dúvida. Sendo que foi referido na revisão bibliográfica, por este ser aquele que consegue cobrir mais área em menos tempo dando a ideia de estar em todo o lado.

Em relação à pergunta 9, nos dois questionários, sobre o que achariam quer a comunidade quer os patrulheiros de qual seria o tipo de patrulhamento mais eficaz, os dois universos demonstram opiniões contrárias. A população tem a opinião, de que o mais eficaz é o patrulhamento apeado, enquanto que os militares referem o auto. Neste caso esperava-se

como foi referido numa das hipóteses iniciais do autor, que os dois universos referissem o patrulhamento apeado como o patrulhamento mais eficaz para a prossecução do “policiamento de proximidade”, como refere o 2º capítulo. O que não se veio a verificar.

Em relação à pergunta 10 que versa nos dois questionários sobre três pontos que a comunidade e os patrulheiros mudariam no patrulhamento para o tornar mais próximo da comunidade, verifica-se que existem 3 pontos mais ou menos coincidentes nos dois universos. Embora estes não sejam os mais frisados quer num lado quer no outro. São eles a falta de efectivos, a falta de formação nos patrulheiros e a pouca interacção da GNR com a comunidade. Com isto não queremos dizer que estes 3 pontos devem ser os mais importantes, pois as necessidades dos guardas não são as mesmas da comunidade, embora doutrinariamente as dos guardas se devam adaptar às da população, para melhor se prosseguir serviço. Isto segundo os novos modelos de policiamento analisados no capítulo 2.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

Este trabalho de investigação teve como objectivo fundamental a confirmação ou negação da pergunta de partida “É o policiamento de proximidade utilizado diariamente pela GNR por intermédio do patrulheiro, eficaz na prevenção da criminalidade”.

Assim, depois de feita a leitura, análise e discussão dos dados recolhidos que permitiram responder às questões colocadas inicialmente no trabalho, retiram-se as seguintes conclusões:

- 1- Que existe uma boa comunicação entre os militares da GNR que patrulham a ZA do DTer de Vila Franca de Xira e a comunidade local.
- 2- Que, não se pode afirmar com toda a certeza que o patrulhamento da ZA seja realmente eficaz na prevenção da criminalidade, embora a grande maioria dos universos inquiridos concorde que sim. Isto devido, a não se ter feito uma análise aprofundada, em que se relacionasse o uso do patrulhamento e o aumento ou diminuição do índice da criminalidade local. Não só, mas também devido aos patrulheiros terem referido na sua maioria que o “policiamento de proximidade” implantado na GNR não é eficaz. Contudo depois disto pode sim concluir-se que o patrulhamento que se faz diariamente na ZA do DTer de Vila Franca de Xira e dos seus PTER cria um bom sentimento de segurança na comunidade local. Porque a comunidade afirma sentir a GNR próxima de si, acham que a mesma se preocupa com a resolução dos seus problemas, acham o patrulhamento feito na zona eficaz, e acham que existem suficientes militares a patrulhar diariamente a ZA.
- 3- No que diz respeito ao tipo de patrulhamento mais eficaz no policiamento de proximidade, não se consegue chegar a um consenso. A opinião dos patrulheiros é diferente da opinião da comunidade e do que foi referido no 2º capítulo, não se conseguindo chegar assim a nenhuma conclusão. Contudo na opinião do autor nenhum tipo de patrulhamento deve ser utilizado isoladamente, mas sim, deve haver uma complementaridade e apoio entre os vários tipos de patrulhamento. Havendo por exemplo a actuação do patrulhamento auto e apeado em simultâneo, numa determinada ZA, aproveitando as vantagens que tem um, para colmatar as falhas que existem no outro, ou seja, aproveitando as sinergias que se possam conseguir de uma utilização conjunta.
- 4- Neste ponto do trabalho, com os dados obtidos não se consegue na realidade provar que o “policiamento de proximidade” esteja realmente implantado na GNR. Isto porque a maior parte dos patrulheiros afirma não ter qualquer tipo de formação a esse nível. Pondo-se a questão, de como será que pode, um patrulheiro utilizar um

tipo de policiamento para o qual nunca teve nenhum tipo de formação, ou em que a formação que possui é insuficiente. Ou seja, conclui-se que o “policiamento de proximidade” não está implantado na GNR, ou pelo menos não em todo o seu dispositivo, como é o caso do DTer estudado.

- 5- Em relação ao patrulhamento diário detectou-se uma incongruência nos dados obtidos. Pois embora os patrulheiro inquiridos e a comunidade afirmem, na 1ª questão de cada um dos inquéritos por questionário, que na sua opinião existe suficiente patrulhamento na rua, quando chegados à questão 10 sobre os pontos que mudariam no patrulhamento da GNR, ambos referem na sua grande maioria que deveria haver aumento de efectivos e aumento de patrulhamento nas ruas. Ou seja, nada se pode concluir porque os dois universos, nas respostas à 1ª e 10ª questão contradizem-se.
- 6- Consegue-se também concluir, na opinião do autor, que uma grande falha existente no policiamento actual da GNR é a formação do patrulheiro. Sendo apontado esse facto quer pelos patrulheiros quer pela população. Ou seja, está-se a falar neste caso de um tipo de patrulhamento e policiamento muito específicos, que requerem obrigatoriamente uma vasta panóplia de conhecimentos e aptidões como se refere no 2º capítulo. E que como se viu pelos resultados obtidos, a maior parte não tem. Na opinião do autor qualquer um aprende como se recolhem vestígios ou de como se procede ao levantamento de auto de notícia numa qualquer cena de crime, mas não é qualquer um que aprende e tem competências para lidar com os diferentes tipos de pessoas, e etnias, com que se depara diariamente, muito menos com os seus problemas, e como reagir aos mesmos.

5.1.1 Recomendações

Para que se possa contrariar todas as afirmações anteriores, recomenda-se que o patrulheiro futuramente se torne num verdadeiro especialista, numa função tão específica, tão solicitada e que requer tanto de uma pessoa como é o “patrulhamento de proximidade”. Por isso, propõe-se que se projecte uma formação específica para os militares afectos ao patrulhamento em que os mesmos, nas suas futuras funções, tenham uma formação adequada para o serviço.

Recomenda-se também na opinião do autor que se produzam manuais referentes ao patrulhamento de proximidade, uniformizando métodos, técnicas, e procedimentos para todo o dispositivo. Como por exemplo de como reagir e ao que ter em atenção numa determinada situação, que se possa dar no decorrer de uma patrulha, como possuía a antiga Guarda-Fiscal³³, e como actualmente existe na 2ª Brigada, o Manual do Patrulheiro. Para que um

³³ Ver ANEXO Q

policciamento próximo à população seja efectivamente implantado na GNR de maneira sistemática, metódica, e real.

Para finalizar e fazendo referência ao subcapítulo 2.2.4 que refere problemas que podem advir da utilização de um policiamento próximo à população, na opinião do autor um policiamento deste tipo não deve ser levado com tanta leveza, como é descrito por muitos estudiosos e teóricos, mas sim, de uma maneira mais consciente e realista adaptando o policiamento de proximidade á vivencia e características reais de cada país.

5.1.2 Limitações da Investigação

Aquando da referência no Capítulo 1 e 3 deste trabalho, da metodologia adoptada para o seu desenvolvimento, foi indicado o método da observação indirecta, que se demonstrou o mais adequado para esta situação. Isto devido à impossibilidade que houve de estagiar, ou de estar a tempo inteiro num DTer. Não sendo assim possível neste TIA a utilização de um método de observação directa e recolha de dados. O que impossibilitou ao investigador perceber a realidade directamente como ela é, e de uma maneira mais correcta.

Também os inquéritos lançados podem ter as suas limitações para a investigação, uma vez que o universo estudado é bastante reduzido, não é o ideal como não o foram as questões colocadas. Assim sugeria-se que em futuros trabalhos desta natureza se alterasse o universo de estudo, inquirindo se possível os Comandantes de DTer e de PTer, e se focalizasse mais o estudo, de forma a se poderem obter, resultados o mais fidedignos possíveis, para que o estudo possa ser utilizado pela GNR na melhoria do seu serviço.

Para este TIA também se denotou, uma escassa fita temporal para a sua elaboração, com apenas cerca de 8 semanas, o que não possibilitou uma mais aprofundada investigação do tema. Outra limitação foi o limite de 40 páginas para o TIA que se veio a demonstrar demasiadamente redutor, no desenvolvimento do trabalho e estudo dos dados recolhidos, havendo aspectos que não puderam ser abordados ou aprofundados.

5.1.3 Investigações Futuras

Depois do sentimento de preocupação com que se ficou no final deste trabalho, na opinião do autor futuramente deve-se investigar qual será efectivamente o tipo de policiamento ideal a utilizar pela GNR para um policiamento próximo e adequado à comunidade Portuguesa.

Também é da opinião do autor que os militares afectos ao patrulhamento deveriam ser especialistas, havendo uma formação específica para quem faz patrulhamento, e manuais, ou listas de procedimentos para as mais variadas situações com que os patrulheiros se deparem, e possam utilizar em caso de qualquer dúvida, podendo ser transportados facilmente pelos mesmos no serviço diário, como que de um auxiliar se tratasse.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

LIVROS:

- Bryan, A., & Craner, D. (2001). *Análise de dados em Ciências Sociais “Introdução a Técnicas Utilizando o SPSS para Windows”* (D. Lopes, Trad) (3ª ed). Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 2001)
- Campenhoudt, R. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais Trajectos* (J. Marques., M. Mendes., M. Carvalho, Trad). (4ªed.) Lisboa: Gradiva. (Trabalho original publicado em 1995)
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Deshaias, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais Humanas* (L. Baptista, Trad). Lisboa: Instituto PIAGET. (Trabalho original publicado em 1992)
- Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero Acabar com a Criminalidade e a Violência Urbana* (J. Rosa., M. Lemos, Trad). Mem Martins: editorial Inquérito. (Trabalho original publicado em 2001)
- Foddy, W. (1996). *Como Perguntar “Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários”* (L. Campos, Trad). (1ªed) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1993)
- Fortin, F. (2000). *O processo de investigação*. Lisboa: Lusociência
- Guarda Nacional Republicana. (1997). *Manual de Operações Volume II*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Silabo
- Matalon, R. (2001). *O Inquérito* (C. Pires., A. Maurice., G. Monteiro, Trad). (4ªed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1977, 1998)
- Ministério da Administração Interna. (1999). *Policiamento de Proximidade Modelo e Técnicas*. Gráfica Peres.
- Ministério da Administração Interna. (2000). *Policiamento de Proximidade Parcerias e Mediação*. Gráfica Peres
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Silva, A & Pinto, J. (1999). Metodologia das Ciências Sociais. (10ªed) Porto: Edições Afrontamento

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS:

Instituto Nacional de Estatística. (2007). Anuário Estatístico da Região Lisboa 2006.

(disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

[&PUBLICA_COESpub_boui=11292783&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICA_COESpub_boui=11292783&PUBLICACOESmodo=2) Acedido em 15 de Junho de 2008)

Ministério da Administração Interna. (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna 2007*.

(disponível em http://www.mai.gov.pt/actualidades_d.asp?id=502 Acedido em 20 de Junho de 2008)

Reis, P. (1998). As sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação. (disponível

em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106097&ESTUDOSmodo=2 Acedido em 22 de Junho de 2008)

SITES CONSULTADOS:

1. Ministério da Administração Interna

www.mai.gov.pt

Apresenta informações sobre o seu organigrama, os seus responsáveis, programas e vários organismos ligados ao Ministério (Acedido em 26 de Maio de 2008).

2. Portal do Governo

www.portugal.gov.pt

Reúne documentos e informações factuais sobre Portugal e o Governo Português desde 1974 (Acedido em 27 Maio de 2008).

3. United Kingdom Police

www.police.uk

Fornece informações sobre Polícias do Reino Unido (Acedido em 22 de Fevereiro de 2008).

4. Enciclopédia On-line

www.wikipedia.org/

Fornece informações acerca do território Português. (Acedido em 09 de Janeiro de 2008)

5. Guarda Nacional Republicana

www.gnr.pt

Fornece informação e artigos acerca da GNR. (Acedido em 22 de Janeiro de 2008)

6. Instituto Nacional de Estatística

www.ine.pt

Fornece informações estatísticas a nível nacional (Acedido em 20 de Junho de 2008)

7. Gendarmerie nationale

<http://www.defense.gouv.fr/gendarmerie>

Fornece informações sobre a Gendarmerie nationale Francesa (Acedido em 4 de Julho de 2008)

LEGISLAÇÃO:

Lei N.º 33/98, de 18 de Julho – Aprova a criação dos Concelhos Municipais de Segurança tal como as suas funções e competências.

Lei N.º 87-A/98, de 31 de Dezembro de 1998 – Aprova a modernização e reforço da capacidade de resposta no domínio da segurança e da protecção dos cidadãos.

Decreto-Lei N.º 244/2002 de 5 de Novembro – estabelece três níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Lei 52/2005, de 31 de Agosto – Aprova e define as Grandes Opções do Plano para 2005-2009.

MONOGRAFIAS:

António, Manuel. (2003). Necessidade e efeitos da Proximidade Policial, Tese Final de Curso em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

António, Manuel Fernandes. (2003). Necessidade e efeitos da proximidade policial, Tese Final de Curso em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Chumbinho, António Herlander Pereira. (2002). Policiamento de Proximidade, Tese Final de Curso em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Damas, Adelina da Graça Avó. (2004). *Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*, Tese de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

Ferreira, Carlos Manuel da Silveira. (2000). A Globalização dos novos Modelos de Policiamento, Tese Final de Curso em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião da Entrevista

1) **Tema:** A interacção da GNR com as populações e instituições locais – Estratégias para a prevenção do crime.

2) **Entrevistador:** Aspirante de Infantaria Francisco Calejo.

3) **Entrevistado:** Major Manuel Carlos Afonso

4) **Objectivos gerais:**

- a) Saber como está o “policiamento de proximidade” implantado na GNR;
- b) Saber quais as dificuldades e limitações que existem na implementação e utilização do “policiamento de proximidade”;
- c) Saber que programas de policiamento estão e vão ser implantados e utilizados pela GNR;
- d) Saber na globalidade a visão da GNR em relação ao policiamento de proximidade.
- e) Obter perspectivas sobre o futuro do policiamento.

5) **Blocos Temáticos**

Bloco A: Legitimação da entrevista.

Bloco B: A utilização do policiamento de proximidade na GNR.

Bloco C: Os constrangimentos ou não do policiamento de proximidade.

Bloco D: Visão Futura.

6) **Estratégia**

Tendo em conta os objectivos gerais pretendidos, pretendeu-se efectuar uma entrevista do tipo semi-directiva, no sentido de obter um leque de informações imprescindíveis sobre a utilização e funcionamento do “policiamento de proximidade” pela GNR a nível nacional.

A entidade acima referida foi escolhida por se crer que seria aquela que possui um maior conhecimento e experiência privilegiada acerca do assunto referido.

O tipo de entrevista realizada requer que o entrevistador deixe o pensamento do entrevistado fluir, falando abertamente. Cada vez que o entrevistado fugir do âmbito da questão, o entrevistador irá reencaminhá-lo para os objectivos da entrevista.

No quadro abaixo estão explanados os blocos temáticos abordados, bem como os seus objectivos e questões a colocar para os alcançar.

Blocos	Objectivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A – Legitimação da entrevista e apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> -Apresentação do entrevistador; -Explicar os objectivos gerais da entrevista; -Estabelecer um ambiente de calma e confiança; -Legitimar a entrevista; -Motivar o entrevistado. -Saber as funções actuais do entrevistado 	<p>1. Antes da entrevista ter início, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e/ou esta entrevista?</p> <p>2. Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no trabalho que estou a realizar?</p> <p>3. Que funções desempenha actualmente na GNR?</p>	-Referir ao entrevistado os objectivos do trabalho.
Bloco B – A utilização do policiamento de proximidade na GNR.	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar de que maneira está o policiamento de proximidade implantado na GNR, desde os tipos de programas utilizados às boas práticas policiais instituídas em cada militar da GNR. 	<p>4. No tocante à forma como está implanta o “policiamento de proximidade” na GNR, o Major Manuel Afonso respondeu desta forma:</p> <p>5. O senhor Major, responsável pela Secção de Policiamento Comunitário, pode referir algumas das boas práticas policiais que estejam implementadas no serviço da GNR?</p> <p>6. Pode dizer-me senhor Major quais dessas “Boas Práticas” destacaria mais?</p>	

		<p>7. Permita-me que lhe pergunte agora se normalmente são dadas ao Dispositivo algum tipo de indicações relacionadas com o “policiamento de proximidade”?</p> <p>8. Na qualidade da Chefe de Secção de Policiamento de Comunitário, pode dizer-me se têm sido desenvolvidos projectos no âmbito do policiamento de proximidade na GNR, e que tipo?</p>	
Bloco C – Os constrangimentos, ou não do policiamento de proximidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Saber quais são os problemas inerentes a utilização do policiamento de proximidade. - Saber as limitações e vantagens da utilização dos programas especiais utilizados pela GNR. 	<p>9. Diga-me, senhor Major: quais os programas que têm mais limitações; e quais ou o qual tem melhores resultados.</p> <p>10. Com que tipo de problemas se depara a GNR na implementação do “policiamento de proximidade” no Dispositivo?</p> <p>11. A GNR tem dado cumprimento às directivas ministeriais, no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”?</p>	
Bloco E – Visão Futura	<ul style="list-style-type: none"> - Saber quais as perspectivas futuras para o policiamento de proximidade. 	<p>12. Como poderão ser as tendências futuras para o policiamento em Portugal?</p>	

Quadro 4 – Guião da entrevista

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista realizada

Entrevistado: Major Manuel Carlos Afonso

Local: Comando Geral

Data: 2 de Julho de 2008

1. Antes da entrevista ter inicio, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e/ou esta entrevista?

R: Não

2. Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no trabalho que estou a realizar?

R: Não

3. Que funções desempenha actualmente na GNR?

Chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Programas Especiais

4. No tocante à forma como está implanta o “policiamento de proximidade” na GNR, o Major Manuel Afonso respondeu desta forma:

Na minha opinião pessoal, aquilo que no dia-a-dia se verifica é que o “policiamento de proximidade” parte do principio de que são as próprias patrulhas do PTER que põem em prática o “policiamento de proximidade”, uma vez que são o órgão, mais próximo da população.

5. O senhor Major, responsável pela Secção de Policiamento Comunitário, pode referir algumas das boas práticas policiais que estejam implementadas no serviço da GNR?

Em termos de “boas práticas” ao nível do Comando Geral, devo dizer-lhe sempre que exista a necessidade de intensificar ou direccionar o policiamento para áreas ou para locais determinados, são difundidas orientações no sentido de ao nível territorial, ou seja, do PTER - que é aquele órgão que está mais próximo da população - poder direccioná-lo no “policiamento de proximidade” para isto ou para aquilo, consoante o que estiver a acontecer. Por exemplo: nesta altura de Verão, independentemente do calor que se faça sentir, entrou em vigor no dia 1 de Julho, a questão do “Verão Seguro” e da “Floresta Segura”. Foram transmitidas orientações, através de uma directiva operacional, às Unidades com o objectivo de fazer chegar, aos outros escalões, no sentido de ser, reforçado o policiamento nesta

época do ano, nomeadamente: O “Verão Seguro” mais nas zonas balneares, e a “Floresta Segura” visando a prevenção dos incêndios florestais.

Em relação às “Boas Práticas”, devo dizer que na altura que foi criado um programa, que tinha que ver com o “Táxi Seguro”, uma das coisas que seria necessário existir era o conhecimento por parte do pessoal que estava no terreno, ligado a desse programa. Assim logo que fosse accionado o sistema de alerta, por parte do táxi estar, a Força Policial, com competência no terreno, acorria ao local para acompanhar a situação.

6. Pode dizer-me senhor Major quais dessas “Boas Práticas” destacaria mais?

Talvez, algumas ligadas ao Natal, ou seja, as orientações dadas para reforçar as operações, no âmbito da Prevenção Rodoviária, e, agora, nesta altura do ano, a questão do “Verão Seguro” e da “Floresta Segura”, através da difusão das directivas operacionais, mensagens e também por difusão interna.

7. Permita-me que lhe pergunte agora se normalmente são dadas ao Dispositivo algum tipo de indicações relacionadas com o “policiamento de proximidade”?

São. E como te disse, estive no terreno, e sempre que existia um programa relacionado com o “policiamento de proximidade”, nós recebíamos a indicação da criação desse programa, em que consistia e, quais seriam os objectivos e aquilo que nós teríamos de fazer para pôr em prática, no terreno esse mesmo programa. Recordo ainda quando foi criado o programa “Escola Segura”, que continua a ser um dos únicos que tem militares afectos em exclusividade. Na altura foram transmitidas as linhas orientadoras para a implementação do mesmo. Actualmente têm sido criados muitos programas, relacionados com o “policiamento de proximidade”, e também são transmitidas ao Dispositivo as indicações relacionadas com os mesmos, de forma a que os militares no terreno possam ter conhecimento, não só do próprio programa, embora não haja, elementos afectos em exclusividade a esses mesmos programas, mas pelo menos terem todos a ideia que existem, e aquilo que têm que fazer, em caso de ser necessário intervir.

8. Na qualidade da Chefe de Secção de Policiamento de Comunitário, pode dizer-me se têm sido desenvolvidos projectos no âmbito do policiamento de proximidade na GNR, e que tipo?

A GNR contribui, para desenvolver projectos no âmbito do “policiamento de proximidade”. Vão-se desenvolvendo, e criando conceitos, e dando orientações, no sentido de manter este tipo de policiamento; E já agora aproveito também para dizer o seguinte, existem unidades que têm necessários sistemas de giros, e as patrulhas quando saem do quartel, já saem com o giro predefinido. Estamos pois a falar, de forma a podê-lo rentabilizar, e não só, mas a controlar também, porque quando a patrulha - estamos a falar de patrulhas que não sejam

as das ocorrências porque apesar de a maior parte dos postos, só tem patrulhas das ocorrências, mas também, há locais em que as ocorrências, são muito reduzidas, e que a patrulha dá para controlar, quando sai do quartel já tem uma missão específica, dentro do horário das 8 horas que tem que cumprir. O comandante de posto sabe, que se não houver nenhuma ocorrência, a uma determinada hora a patrulha há-de estar num determinado local, em que tem uma missão específica a cumprir desta foram, elas serão rentabilizadas sem que o policiamento de proximidade ou comunitário seja posto em prática. Quer isto dizer que, quando a patrulha sai, leva instruções para a uma determinada hora, ter que estar junto à estação dos Correios. Os militares que a compõem saem da viatura e vão abordar as pessoas responsáveis pelos Correios perguntando-lhes se está tudo bem, ou se há algum problema. O mesmo procedimento terá que ter seja em postos de abastecimento de combustível. Em todos os demais locais com estabelecimentos que, a pratica a seguir pelos militares da GNR será a mesma.

A GNR vai desenvolvendo este tipo de projectos, enquanto uma grande parte dos programas que existem de “policiamento de proximidade”, são criados por indicação e proposta, das próprias Forças de Segurança. Posteriormente serão firmados protocolos com varias instituições. Normalmente é o MAI a entidade que superintende a questão desses mesmos programas.

9. Diga-me, senhor Major: quais os programas que têm mais limitações; e quais ou o qual tem melhores resultados.

Como eu já te disse, o programa “Escola Segura”, é aquele que neste momento, mais nos satisfaz de entre, aqueles que estão em vigor há mais tempo, porque tem, meios humanos e materiais, afectos em exclusividade ao programa. Os outros programas, não têm nem meios auto, em exclusividade, pelo reduzido número de efectivos, nem elementos em exclusividade. Na grande maioria, quase 99% dos PTER e das unidades territoriais, não têm ninguém afecto a esses programas. Aquele que tem mais resultados, é sem dúvida o programa “Escola Segura”. O programa “Idosos em Segurança” apesar de não ter militares em exclusividade, vão sendo feitas acções de sensibilização, junto daquelas comunidades mais vulneráveis, no sentido de as alertar para as medidas de segurança que têm que observar para evitar a prática de crimes. Programas que têm mais limitações, são aqueles que não têm elementos em exclusividade, mas em que é feito um esforço, no sentido de o policiamento ser direccionado, para esses locais, que normalmente estão abrangidos por esses mesmos programas, nomeadamente o programa “Abastecimento Seguro”, que tem a ver com Bombas de Combustível. Não há ninguém em exclusivo para estar ali em permanência, mas há uma preocupação por parte dos Comandos Locais no sentido de direccionar o policiamento e as patrulhas, para esses locais, em determinadas horas e em

determinados dias. Todos os dias a patrulha tem também a incumbência, ou missão de passar nas farmácias e nas igrejas. São locais abrangidos por programas especiais, mas que não há ninguém em exclusividade junto deles.

10. Com que tipo de problemas se depara a GNR na implementação do “policiamento de proximidade” no Dispositivo?

Eu não sei se será bem um problema! Havendo efectivos em maior número ao nível dos PTER, é óbvio que o “policiamento de proximidade”, ficaria a ganhar. Quanto mais pessoal houver, para além de fazer o patrulhamento normal das ocorrências, estando sempre prontos para qualquer ocorrência.

11. A GNR tem dado cumprimento às directivas ministeriais, no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”?

A GNR tem dado cumprimento às directivas ministeriais no que diz respeito ao “policiamento de proximidade”. Não diria bem directivas ministeriais, mas sim orientações que existem no sentido de quando, é criado um programa, a Guarda está sempre receptiva ao mesmo, e é entidade parceira deste tipo de programas. Recentemente, por iniciativa da Polícia Judiciária, foram criados, programas como a “Igreja Segura”, que a Guarda faz parte como parceira, e o “SOS Azulejo”, que tem a ver com a protecção do património, que existe em termos de azulejos, a nível nacional, em que a Guarda também faz parte, como entidade parceira. Além deste há mais a considerar a “Farmácia Segura” de que a Guarda também faz parte, o “Abastecimento Seguro”, o “Táxi Seguro”, o “Comércio Seguro” o “SOS Azulejo”, “Idosos em Segurança” e o programa “Escola Segura”, também no âmbito da violência doméstica, a Guarda faz parte, de programas que existem no sentido de ajudar a prevenir a questão da violência doméstica. Logo, o Guarda cumpre todas as directivas, desde que sejam orientações, por parte do governo.

12. Como poderão ser as tendências futuras para o policiamento em Portugal?

Em relação à tua pergunta, eu acho que quer, a Guarda, quer as próprias Forças de Segurança, onde a Guarda também não poderia deixar de estar, têm de ter um policiamento no sentido de as pessoas, deixarem de pensar que a segurança é uma missão exclusiva da Forças de Segurança, para que em conjunto, no âmbito do “policiamento comunitário”, em que se enquadra, um papel muito importante no âmbito do policiamento. Tendo que ser auxiliados, tendo que haver colaboração por parte de todos os intervenientes, isto é, tem que haver uma conjugação entre população e as Forças de Segurança, para que o policiamento seja mais eficaz, quer o policiamento comunitário quer o policiamento de proximidade.

APÊNDICE C – Lista de militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e aos correspondentes PTer

Posto	Nome	Colocação	Funções	Nº
Soldado	José Rodrigues	PT Bucelas	Patrulheiro	1
Soldado	Marco Cunha	PT Bucelas	Patrulheiro	2
Soldado	João delgado	PT Bucelas	Patrulheiro	3
Soldado	Eusébio Rodrigues	PT Bucelas	Patrulheiro	4
Cabo	Laurentino Matias	PT Bucelas	Patrulheiro	5
Cabo	Paulo Botelho	PT Bucelas	Patrulheiro	6
Cabo	Paulino Batista	PT Bucelas	Patrulheiro	7
Cabo	Álvaro Pereira	PT Bucelas	Patrulheiro	8
Cabo	José Vilarés	PT Bucelas	Patrulheiro	9
Cabo	Joaquim Silva	PT Bucelas	Patrulheiro	10
Cabo	António Reis	PT Bucelas	Patrulheiro	11
Cabo	José Graça	PT Bucelas	Patrulheiro	12
Cabo	José Fins	PT Bucelas	Patrulheiro	13
Cabo	Joaquim Esteves	PT Bucelas	Patrulheiro	14
Cabo	José Gregório	PT Bucelas	Patrulheiro	15
Cabo	José Pereira	PT Bucelas	Patrulheiro	16
Cabo	Guilhermino Felizardo	PT Bucelas	Patrulheiro	17
Cabo	Jorge Brunheta	PT Bucelas	Patrulheiro	18
Cabo	Artur Rodrigues	PT Bucelas	Patrulheiro	19
Cabo	Herlânder Raimundo	PT Bucelas	Patrulheiro	20
Cabo Ch.	Francisco Fins	PT Bucelas	Patrulheiro	21
Cabo	João Pereira	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	22
Cabo	José Grave	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	23
Cabo	Olindino Silva	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	24
Cabo	Joaquim Leite	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	25
Cabo	José Grandíssimo	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	26
Cabo	Luís Lopes	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	27
Soldado	Norberto Agréla	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	28
Soldado	Fernando Rodrigues	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	29
Soldado	António Narciso	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	30
Soldado	Carlos Pais	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	31
Soldado	Paulo Freire	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	32

Soldado	Jorge Ferreira	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	33
Soldado	Luís Rodrigues	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	34
Soldado	Luís Gomes	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	35
Soldado	António Fonseca	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	36
Soldado	Tiago Silva	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	37
Soldado	Paulo Ribeiro	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	38
Soldado	Jorge Barreto	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	39
Soldado	Johnny Juncal	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	40
Soldado	Pedro Rodrigues	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	41
Soldado	Miguel Ferreira	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	42
Soldado	Alexandre Brás	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	43
Soldado	Vítor Meneses	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	44
Soldado	Bruno Santos	PT S. J. Tojal	Patrulheiro	45
Cabo	Nuno Rodrigues	PT Vialonga	Patrulheiro	46
Cabo	Manuel Chambino	PT Vialonga	Patrulheiro	47
Cabo	António Feliciano	PT Vialonga	Patrulheiro	48
Cabo	Maurício Santos	PT Vialonga	Patrulheiro	49
Cabo	Joaquim Pinto	PT Vialonga	Patrulheiro	50
Cabo	António Costa	PT Vialonga	Patrulheiro	51
Cabo	Paulo Esteves	PT Vialonga	Patrulheiro	52
Cabo	José Lobo	PT Vialonga	Patrulheiro	53
Cabo	António Inácio	PT Vialonga	Patrulheiro	54
Cabo	Vítor Alves	PT Vialonga	Patrulheiro	55
Cabo	Mário Dias	PT Vialonga	Patrulheiro	56
Cabo	Bernardo Serra	PT Vialonga	Patrulheiro	57
Soldado	Sérgio Barreto	PT Vialonga	Patrulheiro	58
Soldado	Nuno Fernandes	PT Vialonga	Patrulheiro	59
Soldado	José Pinheiro	PT Vialonga	Patrulheiro	60
Soldado	Luís Pereira	PT Vialonga	Patrulheiro	61
Soldado	Diana Rocha	PT Vialonga	Patrulheiro	62
Soldado	Victor Nuno	PT Vialonga	Patrulheiro	63
Soldado	Fernando Castanheira	PT Vialonga	Patrulheiro	64
Soldado	José Cardoso	PT Vialonga	Patrulheiro	65
Soldado	José Codesso	PT Vialonga	Patrulheiro	66
Soldado	António Antunes	PT Vialonga	Patrulheiro	67
Soldado	José Silva	PT Vialonga	Patrulheiro	68
Soldado	Débora Ferreira	PT Vialonga	Patrulheiro	69

Soldado	Dirceu Magalhães	PT Vialonga	Patrulheiro	70
Soldado	Márcio Beirão	PT Vialonga	Patrulheiro	71
Soldado	Rogério Esteves	PT Vialonga	Patrulheiro	72
Soldado	Décio Santos	PT Vialonga	Patrulheiro	73
Soldado	Bruno Santos	PT Vialonga	Patrulheiro	74
Soldado	Joel Costa	PT Vialonga	Patrulheiro	75
Cabo Ch.	Luís Vaz	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	76
Cabo	José Paz	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	77
Cabo	Valdemar Catoja	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	78
Cabo	António Francisco	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	79
Cabo	Alcino Martins	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	80
Cabo	José Oliveira	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	81
Cabo	Vítor Santos	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	82
Cabo	Abílio Barreira	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	83
Cabo	Carlos Rodrigues	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	84
Cabo	Manuel Silva	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	85
Cabo	Eduardo Oliveira	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	86
Soldado	Hugo Carujo	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	87
Soldado	Duarte Brunhoso	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	88
Soldado	Paulo Fernandes	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	89
Soldado	Paulo Silva	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	90
Soldado	Paulo Lopes	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	91
Soldado	Rui Pinto	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	92
Soldado	Cristiano Miguel	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	93
Soldado	Pedro Guedes	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	94
Soldado	Júlio Lopes	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	95
Soldado	André Te	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	96
Soldado	João Trinta	PT Arruda dos Vinhos	Patrulheiro	97
Cabo	João Carvalho	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	98
Cabo	Carlos Carapeto	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	99
Cabo	Paulo Correia	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	100
Soldado	Nuno Rodrigues	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	101
Soldado	Bruno Rodrigues	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	102
Soldado	Fernando Martins	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	103
Soldado	Pedro Borges	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	104
Soldado	Vladimiro Rodrigues	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	105
Soldado	Francisco Pereira	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	106

Soldado	Marco Vinagre	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	107
Soldado	Filipe Bento	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	108
Soldado	Augusto Guedes	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	109
Soldado	Carlos Teixeira	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	110
Soldado	Mário Pereira	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	111
Soldado	Fábio Ladeiras	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	112
Soldado	Pedro Vicente	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	113
Soldado	António Brás	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	114
Soldado	Joaquim Ladeira	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	115
Soldado	Carlos Luís	PT Castanheira do Ribatejo	Patrulheiro	116
Cabo	Basílio Batista	DT Vila Franca de Xira	NES	117
Cabo	Rui Rodrigues	DT Vila Franca de Xira	NES	118
Soldado	Célia Frita	DT Vila Franca de Xira	NES	119
Soldado	Adérito Teixeira	DT Vila Franca de Xira	NES	120
Cabo	Pedro Tavares	DT Vila Franca de Xira	EPNA	121
Soldado	Pedro Silva	DT Vila Franca de Xira	EPNA	122
Soldado	José Alves	DT Vila Franca de Xira	EPNA	123
Civil G.F	Vítor Pires	DT Vila Franca de Xira	EPNA	124
Civil G.F	Joaquim Quadrilheiro	DT Vila Franca de Xira	EPNA	125

Quadro 23 - Lista de militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira e aos correspondentes PTer.

APÊNDICE D – Questionários Feitos

Questionário 1 – Feito a cidadãos residentes na zona de acção do DTer de Vila Franca de Xira



INQUÉRITO A CIDADÃOS RESIDENTES NA ZONA DE ACÇÃO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE VILA FRANCA DE XIRA.

ACADEMIA MILITAR TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. PREÂMBULO

A sua colaboração é um contributo importante para a realização deste trabalho, que pretende melhorar o serviço prestado ao cidadão pela Guarda Nacional Republicana.

Desde já se agradece a cooperação.

a) Objectivos

Este inquérito é parte integrante de um trabalho de investigação aplicada no âmbito do tirocínio para oficiais do quadro permanente da Guarda Nacional Republicana, a decorrer na Academia Militar, subordinado ao tema “ A interacção da GNR com as populações e instituições locais – Estratégias para a prevenção do crime”.

O que aqui referir **tem carácter confidencial, anónimo, tem curta duração**, e destina-se a recolher informação, através da sua opinião pessoal, sobre diversos aspectos relacionados com este trabalho.

b) Instruções de preenchimento

- 1- Em cada pergunta, escolha apenas uma opção;
- 2- Preencha apenas os espaços designados para o efeito;
- 3- Agradece-se a maior sinceridade possível;
- 4- Em caso de alguma dúvida coloque a questão ao Aspirante Francisco Calejo que está no local.

2- INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A Identificação

Sexo: M ☐ F ☐

Idade: _____

Actividade profissional: _____

Localidade: _____

B Desenvolvimento do tema

Ao responder às questões de 1 a 7 utilize a escala abaixo indicada, e da questão 8 à questão 9 assinale a opção que na sua opinião ache ser a mais correcta.

1	2	3	4	5
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIÃO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE

Questões	1	2	3	4	5
1 – Acha que existem suficientes militares da GNR a patrulhar na sua área de residência?					
2 – Acha que a simples presença de um militar da GNR num determinado local previne que aconteça ai algum crime?					
3 – Acha que o patrulhamento dos militares da GNR local é eficaz?					
4 – Acha que há dificuldades de um cidadão comunicar com uma patrulha da GNR?					
5 – Quando vai falar com um militar da GNR, explicando-lhe algum problema, considera que ele se preocupa em resolver o seu problema?					

6 – Conhece algum tipo de programa especial de patrulhamento da GNR para proteger crianças, idosos, o comércio, ou outros?					
7 – Sente a GNR local próxima da população?					

8 – Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

A pé	Em viatura	A cavalo	Outros\Quais: _____
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9 – Na sua opinião qual é o meio de patrulhamento mais eficaz para os militares da GNR?

A pé	Em viatura	A cavalo	Outros\Quais: _____
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10 – Refira 3 pontos que no seu entender a GNR deveria mudar para a fazer um patrulhamento mais próximo da população?

1- _____

2- _____

3- _____

Obrigado pela sua colaboração!

FIM

Questionário 2 – Feito a militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira



INQUÉRITO A MILITARES DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE VILA FRANCA DE XIRA ACADEMIA MILITAR TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. PREAMBULO

A sua colaboração, pela sua actual função e experiência, demonstra-se um contributo importante para a realização deste trabalho, para cada vez mais se melhorar e fazerem evoluir as técnicas e os serviços prestados ao cidadão pela Guarda Nacional Republicana.

Desde já se agradece a cooperação.

c) Objectivos

Este inquérito é parte integrante de um trabalho de investigação aplicada no âmbito do tirocínio para oficiais do quadro permanente da Guarda Nacional Republicana, a decorrer na Academia Militar, subordinado ao tema “ A interacção da GNR com as populações e instituições locais – Estratégias para a prevenção do crime”.

O que aqui referir **tem carácter confidencial, anónimo, tem curta duração**, e destina-se a recolher informação, através da sua opinião pessoal, sobre diversos aspectos relacionados com este trabalho.

d) Instruções de preenchimento

- 1- Em cada pergunta, escolher apenas uma opção;
- 2- Preencha apenas os espaços designados para o efeito;
- 3- Agradece-se a maior sinceridade possível;
- 4- Em caso de alguma dúvida coloque a questão ao Aspirante Francisco Calejo que está no local.

2- INQUERITO POR QUESTIONARIO

A Identificação

Função: _____

UEO: _____

B Desenvolvimento do tema

Ao responder às questões de 1 a 7 utilize a escala abaixo indicada, e da questão 8 à questão 9 assinale a opção que na sua opinião seja a mais correcta.

1	2	3	4	5
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIAO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE

Questões	1	2	3	4	5
1 – Acha que são lançadas diariamente na sua Zona de Acção patrulhas suficientes?					
2 – Acha que o patrulhamento que se faz diariamente na sua Zona de Acção é eficaz?					
3 – Costuma contactar com a população enquanto faz a patrulha?					
4 – Acha que as pessoas têm receio de falar com a GNR?					
5 – Acha que as pessoas são cooperantes, fornecendo informações á GNR sobre ocorrência de crimes, e incivildades?					
6 – Tem algum tipo de formação na área do policiamento de proximidade?					
7 – Acha que o patrulhamento de proximidade implantado actualmente na GNR é um método eficaz na prevenção da criminalidade?					

8 - Que tipo de patrulhamento efectua com mais frequência?

A pé

☐

Em viatura

☐

A cavalo

☐

Outros\Quais: _____

☐

9 – Que tipo de patrulhamento acha ser o mais eficaz para a prevenção da criminalidade?

A pé

☐

Em viatura

☐

A cavalo

☐

Outros\Quais: _____

☐

10 – Refira 3 pontos que no seu entender a GNR deveria mudar para a fazer um patrulhamento mais próximo da população.

1-

2-

3-

Obrigado pela sua colaboração!

FIM

APÊNDICE E – Quadros de resultados

Quadros de Resultados do Inquérito por Questionário 1 – Feito a cidadãos residentes na zona de acção do DTer de Vila Franca de Xira

(Gerados com o Programa SPSS® Versão 15.0 para Windows)

Quadro 5 – Questão 1

Acha que existem suficientes militares da GNR a patrulhar na sua área de residência?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	2,00	20	28,6	28,6	28,6
	3,00	4	5,7	5,7	34,3
Valid	4,00	38	54,3	54,3	88,6
	5,00	8	11,4	11,4	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 6 – Questão 2

Acha que a simples presença de um militar da GNR num determinado local previne que aconteça aí algum crime?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	2,00	2	2,9	2,9	2,9
Valid	4,00	36	51,4	51,4	54,3
	5,00	32	45,7	45,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 7 – Questão 3

Acha que o patrulhamento dos militares da GNR local é eficaz?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	2,00	6	8,6	8,6	8,6
	3,00	14	20,0	20,0	28,6
Valid	4,00	46	65,7	65,7	94,3
	5,00	4	5,7	5,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 8 – Questão 4

Acha que há dificuldades de um cidadão comunicar com uma patrulha da GNR?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2,00	46	65,7	65,7	65,7
	3,00	10	14,3	14,3	80,0
	4,00	8	11,4	11,4	91,4
	5,00	6	8,6	8,6	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 9 – Questão 5

Quando vai falar com um militar da GNR, explicando-lhe algum problema, considera que ele se preocupa em resolver o seu problema?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2,00	4	5,7	5,7	5,7
	3,00	6	8,6	8,6	14,3
	4,00	50	71,4	71,4	85,7
	5,00	10	14,3	14,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 10 – Questão 6

Conhece algum tipo de programa especial de patrulhamento da GNR para proteger crianças, idosos, o comércio, ou outros?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2,00	2	2,9	2,9	2,9
	3,00	18	25,7	25,7	28,6
	4,00	40	57,1	57,1	85,7
	5,00	10	14,3	14,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 11 – Questão 7

Sente a GNR local próxima da população?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2,00	8	11,4	11,4	11,4
	3,00	8	11,4	11,4	22,9
	4,00	48	68,6	68,6	91,4
	5,00	6	8,6	8,6	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 12 – Questão 8

Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00	12	17,1	17,1	17,1
	2,00	54	77,1	77,1	94,3
	3,00	4	5,7	5,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadro 13 – Questão 9

Na sua opinião qual é o meio de patrulhamento mais eficaz para os militares da GNR?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00	48	68,6	68,6	68,6
	2,00	22	31,4	31,4	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Quadros de resultados do Inquérito por Questionário 2 - Feito a militares afectos ao patrulhamento do DTer de Vila Franca de Xira

(Gerados com o Programa SPSS® Versão 15.0 para Windows)

Quadro 14 – Questão 1

Acha que são lançadas diariamente na sua Zona de Acção patrulhas suficientes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00	4	16,0	16,0	16,0
	2,00	4	16,0	16,0	32,0
	3,00	1	4,0	4,0	36,0
	4,00	13	52,0	52,0	88,0
	5,00	3	12,0	12,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Quadro 15 – Questão 2

Acha que o patrulhamento que se faz diariamente na sua Zona de Acção é eficaz?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	4	16,0	16,0
	2,00	7	28,0	44,0
Valid	3,00	1	4,0	48,0
	4,00	9	36,0	84,0
	5,00	4	16,0	100,0
Total	25	100,0	100,0	

Quadro 16 – Questão 3

Costuma contactar com a população enquanto faz a patrulha?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	2,00	3	12,0	12,0
	3,00	2	8,0	20,0
Valid	4,00	9	36,0	56,0
	5,00	11	44,0	100,0
Total	25	100,0	100,0	

Quadro 17 – Questão 4

Acha que as pessoas têm receio de falar com a GNR?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	5	20,0	20,0
	2,00	14	56,0	76,0
Valid	3,00	4	16,0	92,0
	4,00	2	8,0	100,0
Total	25	100,0	100,0	

Quadro 18 – Questão 5

Acha que as pessoas são cooperantes, fornecendo informações á GNR sobre ocorrência de crimes, e incivildades?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	4	16,0	16,0
	2,00	9	36,0	52,0
Valid	3,00	1	4,0	56,0
	4,00	11	44,0	100,0
Total	25	100,0	100,0	

Quadro 19 – Questão 6

Tem algum tipo de formação na área do policiamento de proximidade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	3	12,0	12,0	12,0
	2,00	7	28,0	28,0	40,0
Valid	3,00	7	28,0	28,0	68,0
	4,00	7	28,0	28,0	96,0
	5,00	1	4,0	4,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Quadro 20 – Questão 7

Acha que o patrulhamento de proximidade implantado actualmente na GNR é um método eficaz na prevenção da criminalidade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	5	20,0	20,0	20,0
	2,00	9	36,0	36,0	56,0
Valid	3,00	6	24,0	24,0	80,0
	4,00	3	12,0	12,0	92,0
	5,00	2	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Quadro 21 – Questão 8

Que tipo de patrulhamento efectua com mais frequência?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	11	44,0	44,0	44,0
Valid	2,00	14	56,0	56,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Quadro 22 – Questão 9

Que tipo de patrulhamento acha ser o mais eficaz para a prevenção da criminalidade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1,00	11	44,0	44,0	44,0
Valid	2,00	13	52,0	52,0	96,0
	4,00	1	4,0	4,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

APÊNDICE F – Parcerias

O estudo e implementação de uma estratégia de prevenção da criminalidade não deve ser apenas pensada e formulada pelas Forças de Segurança, antes pelo contrário, deve ser construída, logo desde o início, com a participação da comunidade local, pois esta é parte interessada, e à qual se destina essa prevenção. (MAI, 2000)

Este tipo de construção deve ser sempre antecedido na sua elaboração por um estudo ou seja uma fase em que haverá um levantamento da situação local, podendo englobar as seguintes cinco etapas de trabalho:

1. Detectar as necessidades de segurança das comunidades, nomeadamente através de consultas;
2. Diagnosticar as causas e analisar os contextos em que acontece a criminalidade;
3. Criar estratégias descentralizadas e especializadas para prevenção;
4. Mobilizar e coordenar os recursos da comunidade e do Estado;
5. Fazer uma avaliação contínua dos resultados obtidos. (MAI, 2000)

Assim sendo, o trabalho em parceria demonstra-se como uma estratégia importantíssima para prevenção da criminalidade, porque as Forças de Segurança não podem nem conseguem eficazmente agir e lutar sozinhas contra a criminalidade. Nem funcionar, sem que haja interacção e troca de informação com a comunidade e com as instituições locais que as representam. (MAI, 2000)

Assim sendo, num método como este, devem ser implicados todos os profissionais da segurança, aos seus diferentes níveis e especialidades, mas tendo o cuidado de isso sempre acontecer em níveis hierárquicos iguais ou equivalentes. Tendo os comandantes locais como os principais impulsionadores destas acções, mobilizando e dirigindo a acção de todos os seus efectivos com base em estratégias definidas anteriormente, como já foi referido. (MAI, 2000)

Assim hoje em dia e cada vez mais se trabalha em parceria, sendo esta uma estratégia que é cada vez mais utilizada pelas instituições e organizações. Isto, em grande parte, devido às vantagens e bons resultados atingidos em programas e projectos que assentam neste tipo de trabalho, e que são utilizados em outros países com um sistema policial semelhante ao Português, como é o caso da França e Espanha. (MAI, 2000)

Contudo este método é constantemente abalado pelos mais variados problemas e disfunções sociais sejam eles de natureza criminal, de ordem pública, ou de mero sentimento de insegurança. Contudo, pela sua grande diversidade esses problemas podem ser analisados e enfrentados pelas mais variadas vertentes, ou seja, por diversas instituições, pois as fontes desses problemas têm as mais variadas causas. (MAI, 2000)

Assim, torna-se imperativo a integração deste tipo de instituições em projectos comuns, podendo assim de forma especializada intervir em áreas para as quais as forças de segurança não estão tão preparadas ou vocacionadas, e muitas das vezes para as quais nem sequer estão legalmente legitimadas. Esta é, na realidade, uma forma inteligente e eficaz de aproveitar os diferentes saberes e competências nas diferentes áreas de outras instituições, promovendo a sua complementaridade, na procura de respostas globais para os problemas que afectam a população. (MAI, 2000)

Com esta melhor distribuição de competências e de responsabilidades os cidadãos ir-se-ão encontrar supostamente mais bem informados. Assim o número de solicitações, por exemplo para a GNR, vai diminuir, isto porque os cidadãos passam a ter uma melhor percepção das características e funções de cada instituição, fazendo a primeira chamada para as instâncias competentes, em vez da tradicional chamada para o posto local ou para o número nacional de emergências. (MAI, 2000)

Uma das outras vantagens de trabalhar em parceria é a criação de sistemas de comunicação entre a GNR, as instituições civis e a comunidade, o que vai potenciar, como é lógico, uma troca de informações e abertura entre estes, o que permite confrontar e partilhar opiniões e análises diferentes sobre uma mesma realidade, o que provoca um brutal enriquecimento no processo em que se definem as estratégias das parcerias, e a actuação dos diferentes actores. (MAI, 2000)

Para finalizar, convém deixar-se aqui alguns princípios básicos e fundamentais das parcerias, que são:

Visão partilhada da realidade, ou seja várias instituições especializadas em diferentes tipos de matéria, analisam melhor um problema do que apenas uma instituição sozinha. (MAI, 2000)

Conjugação de esforços, o que evita gastos desnecessários de energia e meios.

Rentabilização de recursos, humanos, físicos e financeiros para a rentabilização dos meios, no sentido de diminuir os encargos de erário público. (MAI, 2000)

Equidade dos parceiros e a comunicação horizontal. Este é um dos princípios fundamentais que se devem observar nas parcerias que é a relação entre as diferentes instituições sem haver qualquer tipo de distinção hierárquica, e em que a comunicação se faz directamente. (MAI, 2000)

Fonte: Ministério da Administração Interna. (2000). *Policimento de Proximidade Parcerias e Mediação*. Gráfica Peres

ANEXOS

ANEXO G – Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime, 2005

	Total	Contra as pessoas		Contra o património			Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	Legislação avulsa	
		Total	Contra a integridade física	Total	dos quais:		Total	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l		Total	Condução sem habilitação legal
					Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
Portugal	394 710	90 922	55 976	215 700	16 962	72 786	43 084	19 807	5 524	39 470	16 723
Continente	365 382	84 372	52 207	206 272	16 600	70 730	39 965	18 173	5 140	29 623	15 678
Lisboa	125 693	24 247	16 010	81 285	10 740	28 535	8 755	4 008	1 672	9 729	4 190
Grande Lisboa	93 520	16 675	11 097	61 152	9 261	19 878	6 788	3 150	1 261	7 641	3 088
Amadora	7 076	1 265	908	4 660	1 023	1 573	362	161	148	641	251
Cascais	10 057	1 944	1 329	6 314	749	2 867	921	635	138	740	442
Lisboa	41 346	5 766	3 936	28 882	4 833	7 244	2 983	1 312	478	3 235	950
Loures	5 860	1 426	944	3 536	512	1 431	350	109	92	455	184
Mafra	2 353	475	250	1 246	42	469	274	141	33	325	180
Odivelas	4 218	1 042	700	2 354	402	839	315	163	92	415	302
Oeiras	5 848	1 174	758	3 711	424	1 320	394	154	44	525	285
Sintra	12 664	2 704	1 677	8 003	1 130	3 056	872	357	179	906	373
Vila Franca de Xira	4 098	879	595	2 446	146	1 079	317	118	57	399	121
Península de Setúbal	32 173	7 572	4 913	20 133	1 479	8 657	1 967	858	411	2 088	1 102
Alcochete	575	106	62	405	12	148	33	6	8	23	9
Almada	7 343	1 279	858	5 114	398	2 429	322	139	124	504	247
Barreiro	2 664	817	505	1 536	184	550	111	41	40	160	55
Moita	2 367	752	510	1 326	137	490	113	33	22	154	74
Montijo	1 855	418	249	1 246	63	579	101	43	10	80	41
Palmela	2 428	533	316	1 498	28	557	217	33	28	152	117
Seixal	5 964	1 216	719	3 959	361	1 728	315	121	57	415	161
Sesimbra	1 738	470	250	1 085	26	506	86	26	19	78	54
Setúbal	7 239	1 981	1 444	3 964	270	1 670	669	416	103	522	344

Quadro 23 – Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime, 2005.

Fonte: Anuário estatístico da Região Lisboa 2006 (Ver http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11292783&PUBLICACOESmod_o=2 Acedido em 15 de Junho de 2008.)

No quadro anterior pode-se ver a elevada taxa de criminalidade da região (NUTSII) de Lisboa, e dos diferentes concelhos que a compõem, que são em conjunto a região (NUTSII) continental com mais criminalidade, ocupando cerca de um terço da criminalidade do território Português.

ANEXO H – Evolução da criminalidade na última década

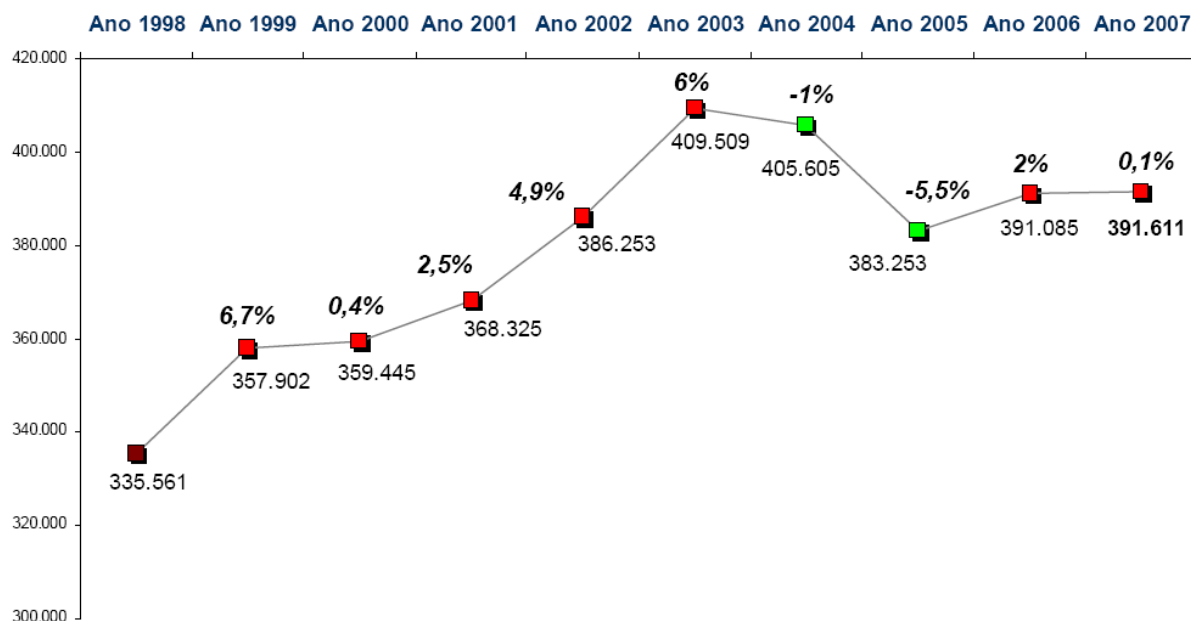


Gráfico 19 - Representativo da evolução das participações na última década assim como das variações observadas

Fonte: (RASI, 2007, p.46)

“Pela análise do gráfico, pode-se verificar que entre 1998 e 2003, houve uma subida gradual da criminalidade participada, com excepção para o ano de 2000, em que não houve grande oscilação de valores. A partir do ano de 2003, a criminalidade desceu nos dois anos consecutivos, voltando a subir um pouco no ano de 2006 e estabilizando no ano de 2007. Assim, pode-se afirmar que, desde 2004, o fenómeno da criminalidade, tendo por base as participações registadas, tem vindo a ser controlado, com pequenas oscilações.” (RASI, 2007, p. 46)

ANEXO I – Policiamento de Proximidade (Police de Proximité)

Modelo Francófono

Em França, a necessidade da criação de condições que promovessem a aproximação da Polícia às populações começou a fazer-se sentir por volta da década de 80, depois de terem sido analisados os principais problemas com que a polícia se debatia no seu quotidiano laboral.

Assim, e como resultado da necessidade de “reatar os laços com a população, reinserir a polícia no tecido social e voltar a dar-lhe uma autoridade verbal no dia-a-dia” (Fenech, 2001: 72), na segunda metade da década de 80 começaram a ser introduzidas novas políticas no domínio da prevenção da criminalidade e da delinquência juvenil, políticas essas que vinham já configurar o policiamento de proximidade. Somente nos últimos meses de 1990 é que surge, em alguma documentação interna da administração, a referência à Polícia de Proximidade (Police de Proximité), na altura em que se fala da Polícia como instrumento de proximidade social ou de gestão de proximidade (Fenech, 2001).

O conceito de Police de Proximité generaliza-se a partir de 1991 e em 1992 sendo considerada uma prioridade da Polícia urbana. O ministro do Interior da altura, Paul Quilès, anunciava que o seu plano de acção para a segurança continha orientações essenciais para o futuro, tendo como prioridade, a ideia de uma Polícia de Proximidade, ou seja, uma Polícia próxima dos cidadãos dos quais pudesse obter maior reconhecimento e legitimidade. Contudo, só em 1995 é que o conceito de Police de proximité adquire consagração na letra da lei que, deste modo, a coloca no primeiro lugar das orientações permanentes da política de segurança. Se, inicialmente, o conceito era entendido como simples combate à pequena e média delinquência, a evolução posterior que se operou permitiu ampliar o seu sentido, tendo agora uma nova dimensão que exigia a atenção quanto às necessidades expressas pelos cidadãos em matéria de segurança (Jankowski, 1998).

Fonte: Damas, Adelina da Graça Avó. (2004). *Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*, Tese de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

ANEXO J – Policiamento Comunitário (Community Policing) Modelo Anglo-Saxónico

Este modelo de policiamento teve a sua génese nos ideais de Sir Robert Peel que ao convencer o Parlamento Britânico a criar, em 1829, a London Metropolitan Police, na cidade de Londres, representada, sobretudo, através da emblemática figura do Bobby Londrino, lançou as bases de sustentação do que é hoje o modelo comunitário de policiamento (Community Policing).

O modelo comunitário começou a ser implementado na Grã-Bretanha, mais precisamente da Inglaterra e na Escócia. Caracterizava-se essencialmente pela existência de equipas que variam entre cinco e dez elementos, coordenados por um chefe de equipa, distribuídas de acordo com as especificidades da área de actuação, tendo por base o Team Policing ou o Unit Beat Policing, que mais tarde evoluíram, respectivamente, para Police Community Relations e Crime Preventions Units. Tanto o Team Policing como o Unit Beat Policing tinham como objectivo, por um lado, o colmatar da escassez de recursos humanos e a desmotivação dos agentes policiais, e por outro lado, o evitar a existência de factores de desmotivação no seio dos agentes patrulheiros (Reiner, 2001)

Existem, no entanto, várias definições associadas ao Policiamento Comunitário. Para Kelling e More (1988) o policiamento comunitário consiste na execução de uma estratégia de polícia associada à comunidade podendo, para isso, serem agregadas as várias táticas de intervenção. Os autores evidenciam o papel fundamental do patrulhamento apeado bem como a necessária activação de policiamentos orientados para a resolução de problemas (Goldstein, 1990).

Os níveis de actuação das forças policiais situam-se junto dos contextos comunitários e fundamentam a sua experiencia na procura de níveis de vida superiores para os membros da comunidade. Esta definição não esquece que a satisfação dos cidadãos depende da qualidade e excelência do serviço prestado pela polícia.

Trojanowicz e Bucqueroux (1994), ao dedicarem a sua obra aos polícias que implementam estratégias de policiamento comunitário elencam um conjunto de princípios enformadores da definição. Assim, policiamento comunitário é uma estratégia organizacional que promove um novo sistema de parcerias, entre a população e a sua polícia. Baseia-se na premissa que ambos, a polícia e comunidade, devem trabalhar em parceria por forma a identificarem, priorizarem e resolverem problemas emergentes da sociedade contemporânea tais como, o crime, as drogas, o sentimento de insegurança e a desordem física e social. O policiamento comunitário exige uma larga responsabilização de todos os elementos policiais – onde se incluem os agentes da polícia e os funcionários com funções não policiais – para

implementação de filosofias de policiamento comunitário. Os agentes responsáveis pelas estratégias actuam como chefias descentralizadas em giros permanentes, tendo liberdade e autonomia na intervenção sobre os problemas gerados no seio da comunidade.

Fonte: Damas, Adelina da Graça Avó. (2004). Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”, Tese de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

ANEXO K – Os Perigos do Policiamento Comunitário

1. O nível de segurança pública pode baixar já que o policiamento comunitário baseia-se na aposta nos controlos informais com forte participação da população e não está provado que isto seja eficaz.
2. Problema da ordem pública - se tudo se baseia num forte relacionamento entre polícia e cidadãos seremos capazes de levantar o bastão quando for necessário.
3. Pode fazer divergir o verdadeiro (tradicional) papel policial de prevenir o crime para simplesmente fazer sentir as pessoas mais seguras.
4. O policiamento comunitário transforma o público num grupo de interesse no sentido em que este passa a ser parte integrante das políticas de segurança. O policiamento comunitário pode passar a ser a estrutura à volta da qual as comunidades se organizam.
5. O policiamento comunitário aumenta a importância da polícia em relação aos outros organismos de controlo e regulação social oficiais. Pode fazer inverter a tendência para a especialização e fazer a polícia novamente como o primeiro contacto antes de qualquer outro.
6. O policiamento comunitário legitima a penetração nas comunidades por uma instituição cuja acção era tradicionalmente vista com distância e algum receio acerca dos fins. O objectivo já não é o de deter, avisar, autuar, etc., agora aconselham, medeiam, ensinam, cooperam, etc., em muitos casos do domínio privado.
7. A adaptação às realidades locais podem fazer diminuir o primado da lei e aumentar a discricionariedade.
8. O policiamento comunitário pode fazer diminuir a protecção que a universalidade da lei dá aos desprotegidos. Maior protecção significa maior risco de que as percepções populares se sobreponham à racionalidade da lei.
9. O policiamento comunitário pode criar um dualismo de acção: classes médias homogéneas/policiamento comunitário preventivo, qualidade e consenso; classes desfavorecidas/policiamento tradicional reactivo, conflito, distância.

- 10.** O policiamento comunitário necessita de outro tipo de formação e novas características de recrutamento.
- 11.** A supervisão e o escrutínio das acções policiais são bem mais difícil, uma vez que é dado maior poder de decisão aos níveis básicos. Cuidado com a discriminação, a corrupção e o abuso de autoridade.
- 12.** O policiamento comunitário pode minar o profissionalismo e a autonomia profissional. Se a polícia estiver preparada para tocar o comando das operações por apoio do público.

Fonte: António, Manuel Fernandes. (2003). Necessidade e efeitos da proximidade policial, Tese Final de Curso em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

ANEXO L – Alunos matriculados no ensino, 1990\2005

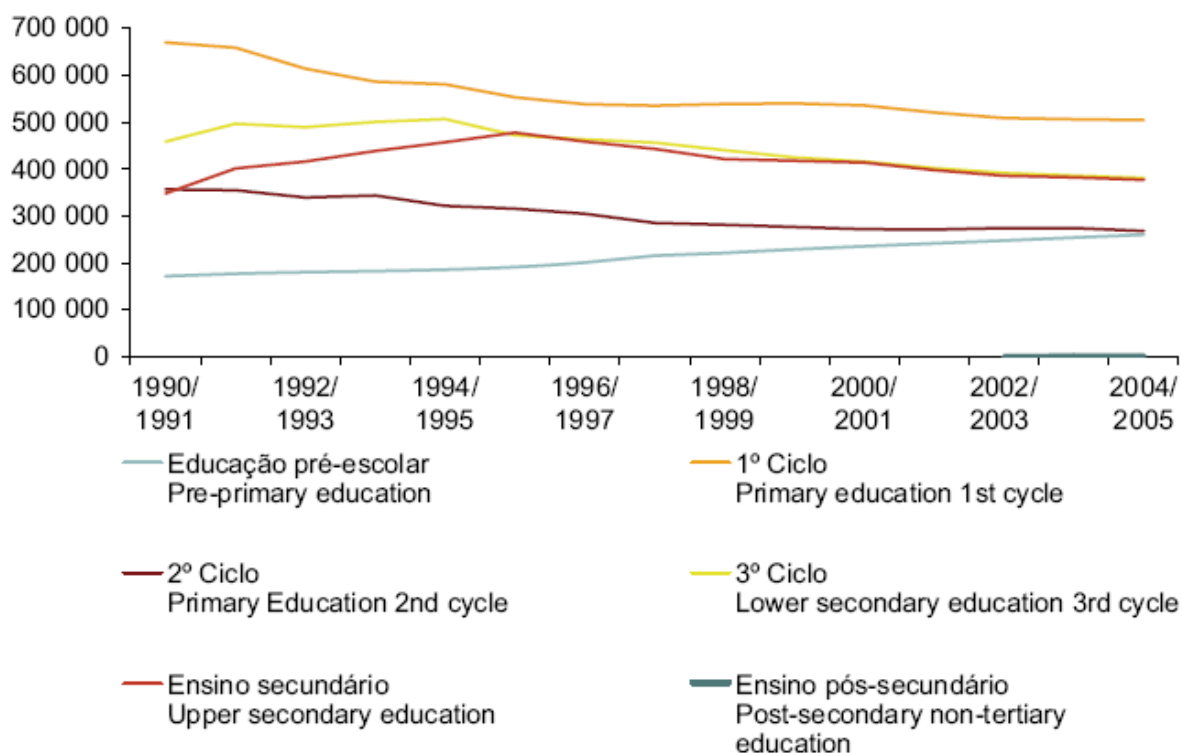


Gráfico 20 – Alunos matriculados por nível de ensino, (ensino não superior), 1990\2005.

Fonte: (INE, 2007, Anuário Estatístico de Portugal, p. 86)

“A população matriculada no nível de educação pré-escolar, cuja frequência é facultativa, aumenta, entre os anos lectivos de 1990/1991 e 2004/2005, 51,4%. Para esta evolução concorre particularmente a expansão da rede de educação pré-escolar: com efeito, o acréscimo verificado é, em grande parte, suportado pelo ensino público, que em década e meia registou um aumento superior a 62 000 crianças matriculadas entre os 3 anos e a idade habitual de entrada na escolaridade. O número de crianças matriculadas nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar registou, no período em análise, um crescimento médio anual de 4,4%, o que compara com 1,7% observado nas instituições equivalentes de ensino privado. Observa-se um aumento da taxa de escolarização no nível de ensino pré-escolar no período de 1994/1995 a 2004/2005, que passa de 56,2% para 78,3%”. (INE, 2006, p.86)

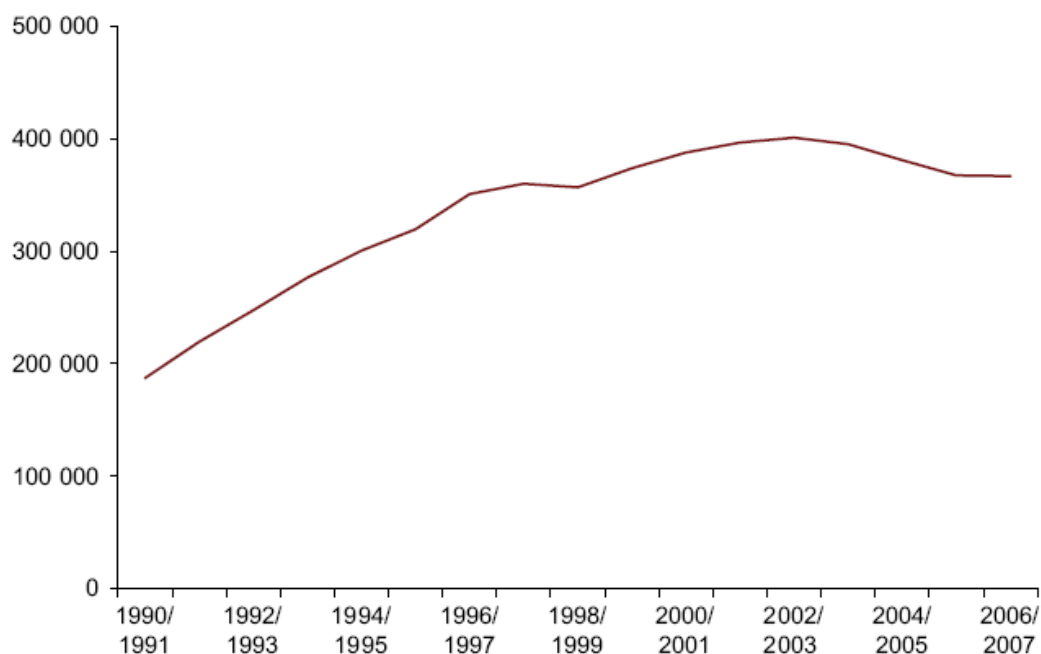


Gráfico 21 – Alunos matriculados no ensino superior, 1990\2007.

Fonte: (INE, 2007, Anuario Estatístico de Portugal, p. 88)

Da análise do desempenho dos estudantes de ensino superior, nos níveis de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento, resulta que o número de diplomados aumenta, passando de 61,1 mil no ano lectivo de 2000\2001 para 71,8 mil em 2005\2006. Ainda mais relevante e acentuada é a diferença entre o ano lectivo 1990/1991 e 2006/2007, como se pode ver no gráfico 21. (INE, 2007, p. 88)

ANEXO M – Recusas – Porquê?

A procura de justificações da reacção de recusa, fez-nos incluir no questionário uma questão aberta na qual os inquiridos eram solicitados a, espontaneamente, apontarem três razões potencialmente responsáveis pelas recusas.

De um total de 450 razões apresentadas, a mais referida foi a **Falta de Tempo ou de Disponibilidade para Colaborar** (24% do total de razões).

Seguiu-se a **Falta de Interesse em Participar**, com 16%. Nesta categoria de razões encontraram-se respostas que explicitamente referiam ser aborrecido responder a uma entrevista. A participação foi considerada por outros uma perda de tempo, enquanto o tema desinteressante e a pouca credibilidade das sondagens são outras razões invocadas para a ausência de interesse em colaborar.

Já com algum distanciamento surge a **Desconfiança em Relação à Abordagem** (9%). Algumas pessoas desconfiam do real propósito da entrevista. Associar o entrevistador com um vendedor ou mesmo com um ladrão, é um receio muitas vezes justificado por experiências anteriores negativas.

As **Características da Entrevista**, nomeadamente a duração, o local e o momento em que é feita, é uma outra categoria de razões, com 8% de respostas. A duração excessiva, que quase nunca corresponde à inicialmente prometida, os locais seleccionados, alguns com pouca privacidade e os horários escolhidos são motivos de recusa.

Quanto à **Natureza dos Temas**, com 5% de respostas, destacam-se aqueles tópicos de estudo que são íntimos e pessoais e que, por produzirem no inquirido o sentimento de invasão de privacidade, levam também muitas vezes à recusa.

Outras razões menos significativas (com menos de 5% de respostas cada) foram invocadas, como a **Dificuldade de Desempenhar o Papel de Entrevistado** que engloba aspectos como o desconhecimento do tema, e portanto a dificuldade de falar sobre ele ou o receio de não saber responder.

O **Desconhecimento do que é e para que serve uma Sondagem**, a par da **Fraca Garantia de Confidencialidade/Anonimato**, e de **Aspectos que se Prendem com o Entrevistador** são factores menos referidos pelos inquiridos.

Fonte: Reis, P. (1998). As sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação. (disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106097&ESTUDOSmodo=2 Acedido em 22 de Junho de 2008)

ANEXO O – Sistema Policial do Reino Unido



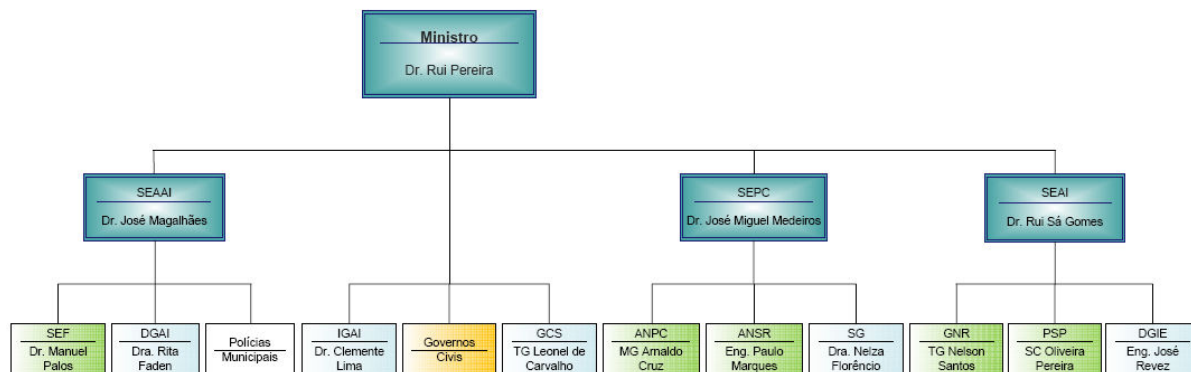
Figura 2 – Mapa do território nacional do Reino Unido

O Reino Unido está dividido em 9 regiões diferentes, em que a cada uma corresponde uma Association of Chief Police Officers (ACPO). São elas a ACPO(S) Scotland Region, ACPO North East Region, ACPO North West Region, ACPO East Midlands Region, ACPO West Midlands Region, ACPO Wales Region, ACPO Shouth West Region, ACPO South East Region e a ACPO Eastern Region.

Assim em cada uma destas 9 regiões estão impantados 8 tipos de forças policiais sendo elas a British Transport Police, a Central Motorway Policing Group, a Civil Nuclear Constabulary (formerly UKAEA Constabulary), a Ministry of Defence Police, a Port of Dover Police, a Port of Liverpool Police, a National Crime Squad e a Scottish Drug Enforcement Agency.

Fonte: Ver <http://www.police.uk/forces.htm> Acedido em 20 de Julho de 2008.

ANEXO P – Sistema Policial Português



Notas:

O GCS depende do Primeiro Ministro, mas funciona, por sua delegação, na dependência do Ministro da Administração Interna.

Os Governos Cívicos representam o Governo e dependem, orgânica e hierarquicamente, do Ministro da Administração Interna.

A GNR, a PSP e a DGAJ estão na dependência hierárquica e orgânica do MAI, que delegou algumas das suas competências no SEAAI e no SEAI.

As competências da GNR e da PSP na área da protecção civil estão delegadas no SEPC.

As Polícias Municipais dependem dos(as) Presidentes das Câmaras Municipais, cabendo ao SEAAI exercer as competências que a lei reserva ao MAI.

- Membros do Governo
- Governos Cívicos
- Serviços Centrais de Natureza Operacional
- Serviços Centrais de Suporte
- Polícias Municipais

Figura 3 - Organograma do Ministério da Administração Interna

Fonte: Ver <http://www.mai.gov.pt/organograma.asp> Acedido em 26 de Maio de 2008

ANEXO Q – Manuais da antiga Guarda Fiscal

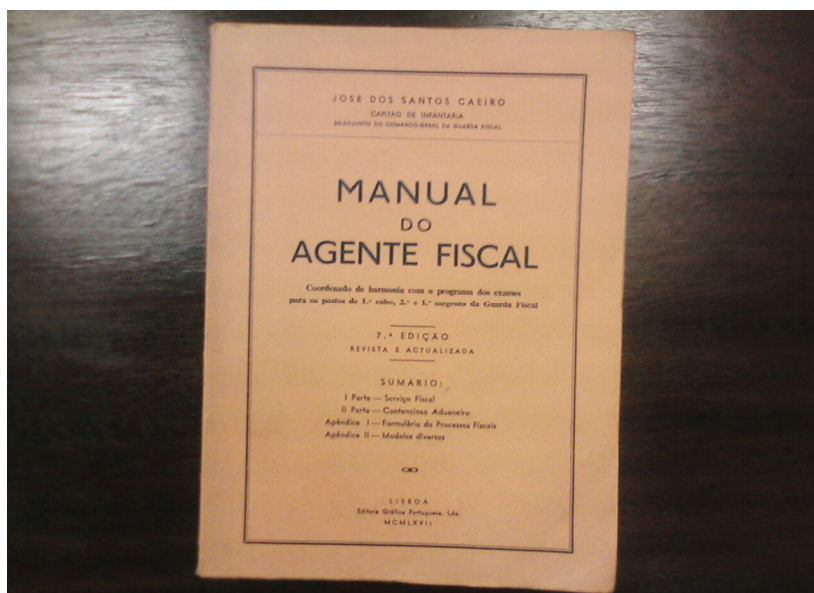


Figura 4 - Fotografia do Manual do Agente Fiscal

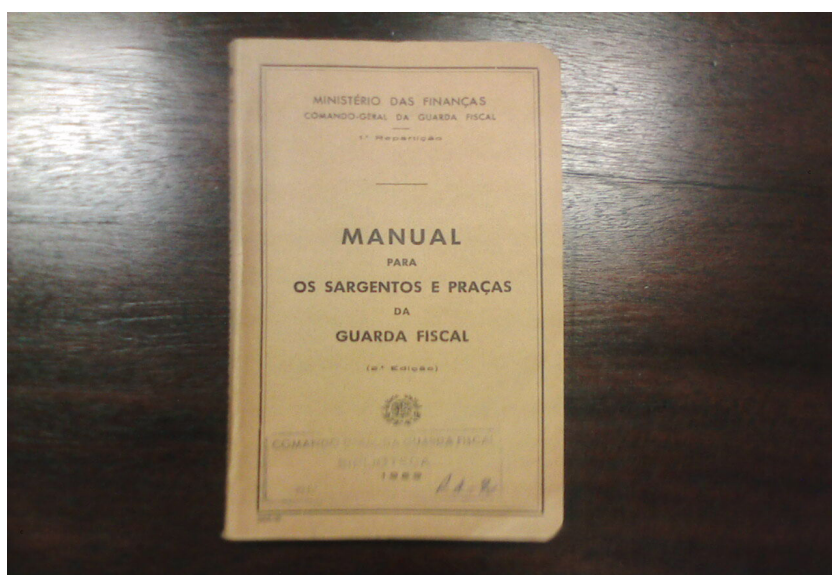


Figura 5 - Fotografia do Manual para Sargentos e Praças da Guarda Fiscal

Fonte: Biblioteca da Brigada Fiscal.

Estes dois manuais eram distribuídos aos militares da antiga Guarda Fiscal como apoio ao serviço diário. No caso do Manual para os Sargentos e Praças, o manual era geralmente transportado no casaco durante o serviço pelos militares, primeiro por ter sido pensado para isso mesmo pelo seu reduzido tamanho e conteúdo, e, porque o mesmo era uma um suporte essencial para as dúvidas que pudessem surgir no decorrer do serviço diário do Agente Fiscal.